



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas
Departamento de Serviço Social



Monografia

**“GUERRA DE POSIÇÃO” NA MINERAÇÃO EXTRATIVISTA: UMA ANÁLISE DAS
MATÉRIAS DO JORNAL PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA-MG
SOBRE O TEMA NO PERÍODO 2015-2022**

Wesley Wallace Rodrigues

Mariana – MG
2023

Wesley Wallace Rodrigues

**“GUERRA DE POSIÇÃO” NA MINERAÇÃO EXTRATIVISTA: UMA ANÁLISE
DAS MATÉRIAS DO JORNAL PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA-
MG SOBRE O TEMA NO PERÍODO 2015-2022**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro
Preto (UFOP) como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Garcia da Silva

Mariana, MG

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R696g Rodrigues, Wesley Wallace.

“Guerra de posição” na mineração extrativista [manuscrito]: uma análise das matérias do jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana-MG sobre o tema no período 2015-2022. / Wesley Wallace Rodrigues. - 2023. 68 f.: il.: color., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Garcia da Silva.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Igreja Católica. Arquidiocese de Mariana (MG). 2. Marxismo e literatura. 3. Mineração a céu aberto. 4. Religião. I. Silva, Marlon Garcia da. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 141.82(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Wesley Wallace Rodrigues

"Guerra de posição" na mineração extrativista: uma análise das matérias do Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana-MG sobre o tema no período 2015-2022

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 24 de março de 2023

Membros da banca

Dr. Marlon Garcia da Silva - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. André Mayer - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr^a Kathiúça Bertollo - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Heiberle Hirsberg Horácio - Universidade Estadual de Montes Claros

Marlon Garcia da Silva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 29/03/2023



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Garcia da Silva, VICE-COORDENADOR(A) DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**, em 29/03/2023, às 21:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0500812** e o código CRC **764E5BDF**.

Dedico este trabalho aos meus pais: Jose Natalício Rodrigues e Alacir Manoelinha Rodrigues que, quando eu me tornei pai, estando no meio do curso e trabalhando, deixaram suas vidas em Lagoa Santa, e vieram ajudar a gente, ficando em Mariana até o Marx ter idade de entrar na creche. Outra pessoa especial que merece esta dedicação é minha namorada e companheira Maria do Socorro Luiz de Oliveira, que foi um dos principais motivos para que eu desistisse de continuar cursando Serviço Social na UNIMONTES e viesse dar sequência em meus estudos na UFOP, em Mariana. E, por fim, dedico aos meus dois filhos: Marx Francisco Oliveira Rodrigues e Hellena Mariely Oliveira Rodrigues, que são os maiores tesouros de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente meus agradecimentos vão à política de assistência estudantil desta instituição, que possibilita a permanência de estudantes carentes nos cursos, e dão condições para chegarem à conclusão de seu curso.

Aqui, de forma muito especial, agradeço à Ana Verena, da cidade de Grão Mogol-MG, companheira de movimento estudantil na UNIMONTES, que havia se transferido para o curso de História da UFOP, no ICHS, e que foi quem primeiro me acolheu nas Repúblicas Federais “moitas” para eu ficar na sala da “Taquelpa”, até que minha análise socioeconômica fosse aprovada pela NACE. Agradeço a Gustavo “Djonga” quem a seguir me acolheu na República Zona até a conclusão do processo.

Agradeço a todos os professores com os quais tive oportunidade de fazer disciplinas nesta Universidade, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Marlon Garcia da Silva. Sou também grato à Carmen Gomes Macedo (CÁRITAS-MG) e à Elaine de Souza Nascimento (Vigilância Socioassistencial-Mariana-MG), que foram minhas supervisoras de estágio.

Agradeço aos colegas fundamentais na reta final do trabalho: Alice Gomes, Aline, Isabela Pitombeira, Jorge Ribas e Wanderson Souza.

Por fim, agradeço aos técnicos administrativos, aos seguranças e às trabalhadoras/es da limpeza invisibilizadas/os.

RESUMO

No presente trabalho, buscamos pesquisar as posições da Arquidiocese de Mariana frente à mineração extrativista, na sua região de abrangência, delimitando para análise matérias do Jornal Pastoral, editado pela Arquidiocese, tratando da temática da mineração no período de dezembro de 2015 até o fim de 2022. Além disso, retomamos algumas categorias de Gramsci com o objetivo de desenvolver e provocar reflexões sobre as posições da arquidiocese diante da economia, da sociedade, da política, das lutas e das “guerras de posição” travadas na sociedade civil, nesse território da mineração extrativista. O intuito é também provocar reflexões sobre o quanto a mineração impacta o modo de vida das pessoas, e qual tem sido o papel da religião, da Igreja e da Arquidiocese frente a isso.

Palavras-chave:

Mineração extrativista, Guerra de posição, Religião, Arquidiocese de Mariana, Marxismo.

RESUMEN

En el presente trabajo buscamos investigar las posturas de la Arquidiócesis de Mariana frente a la minería extractiva en su región de influencia, delimitando para el análisis artículos del Periódico Pastoral, editado por la Arquidiócesis, que aborden el tema minero en el periodo comprendido entre diciembre de 2015 y finales de 2022. Además, retomamos algunas categorías de Gramsci con el objetivo de desarrollar y provocar reflexiones sobre el papel de estos materiales en la economía, la sociedad, la política, las luchas y "guerras de posición" libradas en la sociedad civil, en este territorio de la minería extractiva. También se pretende provocar la reflexión sobre cómo la minería impacta en el modo de vida de las personas, y cuál ha sido el papel de la religión al respecto.

Palabras llave: Minería extractiva, Guerra de posición, Religión, Archidiócesis de Mariana, Marxismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – ABORDAGENS E POSIÇÕES DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA-MG NO PERÍODO 2015-2022 SOBRE A MINERAÇÃO EXTRATIVISTA NO TERRITÓRIO.....	17
1.1 O “Jornal Pastoral” (JP) da Arquidiocese de Mariana: considerações introdutórias sobre a frequência e o modo de abordagem da realidade da mineração no território.....	17
1.2 O JP: frequência modo de abordagem da realidade da mineração no território, no período de dezembro 2015 a dezembro de 2022.....	19
2. HEGEMONIA, GUERRA DE POSIÇÃO E IDEOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA POLÍTICA GRAMSCIANA PARA O DEBATE DA REALIDADE CONTEMPORÂNEA.....	55
2.1 Breves considerações sobre a vida e a obra de Gramsci.....	55
2.2 Aproximações à categoria da hegemonia.....	57
2.3 Guerras de movimento, guerra de posição e ideologia.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

"Em um país de injustiças, se a Igreja não é perseguida, é porque é conivente com a injustiça" (Dom Óscar Romero).

Começarei recuperando um pouco do caminho por mim percorrido até aqui.

O interesse por este tema surgiu devido às inquietações que o curso de serviço social reacendeu em mim. Minha vida é marcada por experiências pastorais ligadas à teologia da Libertação (TdL), teologia esta que desperta em seus adeptos o compromisso de transformar as múltiplas realidades de morte, alienação e exclusão social presente em nossa sociedade, levando seus adeptos a lutar por uma sociedade de vida plena onde haja dignidade para todos.

O caminho percorrido nas pastorais sociais da Igreja Católica, começaram bem cedo, ainda nos anos 1980 e 1990, quando criança minha mãe levava eu e minhas irmãs para os grupos de reflexão das campanhas da fraternidade (CF), novenas de natal sem fome, e com isso foi nascendo dentro de mim uma inquietação com os temas trazidos por estas campanhas.

Já mais na adolescência, participando do coral Infanto-juvenil, onde foi possível aprender várias canções na linha da TdL, que naquele momento faziam parte do repertório litúrgico, o que foi aumentando em mim as inquietações trazidas pelos temas abordados pelas campanhas da fraternidade, carregadas de questões sociais que colocavam a comunidade eclesial para repensar sua atuação pastoral no mundo, utilizando para isso o método: Ver, Jugar e Agir.

Porém, minha família se mudou para Lagoa Santa, e com isso meu contato com esta linha teológica foi momentaneamente interrompido.

No entanto, por volta de 1996, passei a fazer parte do serviço de auto-falante da comunidade São José onde minhas irmãs já estavam inseridas, logo que nos mudamos, realizando a Oração do Ângelus às 18 horas e passando a atuar como operador de som, intercalando entre as orações, notas de falecimento e avisos da comunidade com as músicas. O que me fez novamente ter contato com “canções libertadoras”, pois no acervo dos discos de vinil estavam presentes vários discos de autores como Zé Vicente, Pe. Zezinho, Zé Martins, e também de campanha da fraternidade dos anos 1960 aos 1980.

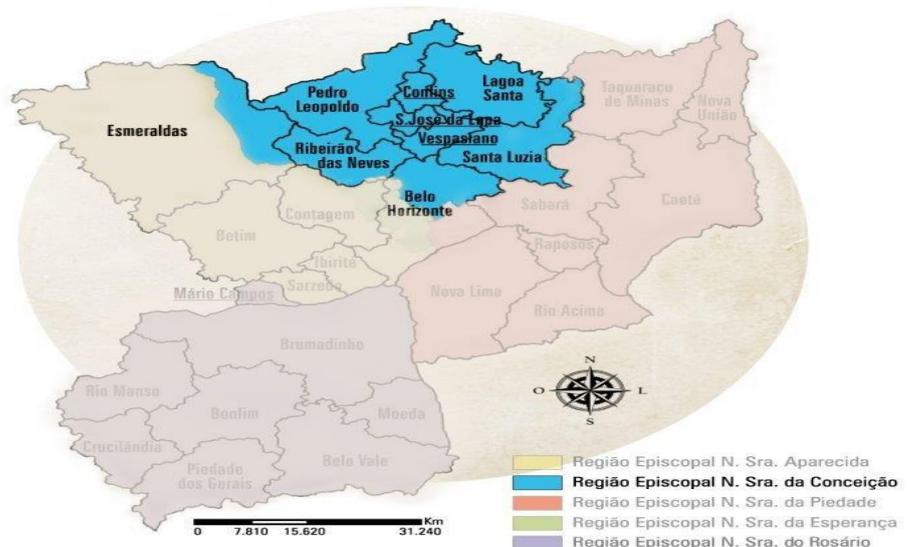
Já na juventude, no início dos anos 2000, criamos um grupo de jovens na comunidade, e fomos convidados para uma reunião ampliada com demais coordenadores de grupos de jovens da cidade, onde tive a oportunidade de conhecer a Pastoral da Juventude-PJ, na qual atuei dos 17 aos 24 anos. E ali, novamente, me aproximei de uma linha teológica e pastoral ligada à TdL, que buscava uma interação

entre Fé e Vida, o que me fez participar de vários encontros de formação a nível arquidiocesano, onde também vim a conhecer a congregação dos Irmãos Maristas, que atuavam na ministração das formações para grupos de jovens e crisma da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Dos vários temas desenvolvidos na militância no trabalho da PJ junto aos grupos de jovens, agora não apenas de Lagoa Santa, mas da Forania Nossa Senhora da Saúde, onde devido o envolvimento fui compondo a equipe de coordenação forânica da PJ dos seguintes municípios: Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, São Jose da Lapa e Vespasiano.

É importante destacar aqui as companhas preparatórias para o Dia Nacional da Juventude-DNJ, que levavam para os grupos de base temas como: Políticas públicas para Juventude, campanhas estas que nos colocavam a pensar nossa realidade global e local. Importante destacar também que as cartilhas de preparação eram organizadas em encontros utilizando o “método Ver, jogar, agir, rever, avaliar e celebrar”, dentro de uma perspectiva de pensar global e agir local.

Como coordenador de Forania, vim a fazer parte da coordenação arquidiocesana da PJ da Região Episcopal Nossa Senhora da Conceição (Rensc), que abrange 10 municípios: parte de Belo Horizonte, parte da região do bairro Lagoinha, e os municípios do norte da região metropolitana: Ribeirão das Neves, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Vespasiano, Santa Luzia, Confins, São José da Lapa, parte de Sabará e de Esmeraldas, como podemos ver no mapa abaixo:



Mapa reproduzido do Site oficial da Arquidiocese de Belo Horizonte, com os municípios do território de abrangência desta Arquidiocese (<https://arquidiocesebh.org.br/regiao-rensc/>).

Sendo membro da coordenação regional arquidiocesana fui eleito como representante por esta região para representar a PJ da Arquidiocese de Belo Horizonte em um encontro nacional das Comunidades Eclesiais de Base (*CEBs*), o 11º Intereclesial, que realizou-se em Ipatinga (MG), de 19 a 23 de julho de 2005 e teve como tema abordado: “CEBs, Espiritualidade Libertadora, e como lema: Seguir Jesus no compromisso com os excluídos”. Neste encontro pude conhecer melhor a proposta e o modo de ser da Teologia da Libertação. Ali tive contato com vários grupos de padres, bispos, freis, freiras, irmãos, congregações religiosas, leigos e leigas que desenvolviam trabalhos pastorais alinhados com esta corrente teológica.

Destaco também dentro deste encontro as celebrações de cunho Inter-religioso, onde se faziam presentes lideranças religiosas indígenas, sacerdotisas das religiões de matriz africana, padres da Igreja Ortodoxa e Pastoras. Este encontro foi um divisor de águas na minha vida, nele pude perceber que a construção do reino dos céus passa pela construção de um reino de justiça e vida digna para todos primeiramente aqui na terra.

Isso me fez me envolver com as questões políticas do meu município, participando das oficinas de construção do plano diretor de Lagoa Santa, onde fui eleito delegado pela região 6, indo participar das discussões do plano na câmara municipal, onde também foi debatida a questão da Soeicom mineradora, que explora uma mina de pedra de calcário ao lado do meu bairro, tendo sua cava a menos de 5 quilômetros do bairro Aeronautas. O que faz com que os moradores sintam os impactos da dinamitização. Assim como esta mineradora, estão presentes outras mineradoras em várias outras nas cidades vizinhas, extraindo matéria-prima para fabricação de cimento.

Minha militância começava a não se limitar mais somente ao campo da Igreja, mas também me despertava para as questões políticas do município. No entanto, a questão religiosa era muito forte dentro de mim, e eu acabei entrando para vida religiosa, indo para a Casa de Formação da Congregação dos Irmão- Ir. Marista, na cidade de Montes Claros. Esses Ir. Maristas estavam sempre presentes nos encontros em que eu participava na Arquidiocese de Belo Horizonte. Era comum encontrá-los nos Gritos dos Excluídos, DNJ, Caminhada da Juventude à Serra da Piedade, Romaria das Águas e da Terra, entre outros eventos.

Porém, ao ir para Montes Claros, minha passagem pela vida religiosa foi muito curta, eu já tinha 24 anos, e era bastante questionador. Destaco algo que me impressionou em Montes Claros, ao passar próximo ao Monte Dois Irmãos, que dá o nome atual da cidade. Indo realizar trabalho pastoral no bairro Cidade Industrial e no distrito de Nova esperança, percebíamos que uma grande área bem próxima ao dois montes estava sendo explorada por uma empresa que produzia o cimento Montes Claros.

Saio da vida religiosa, porém Montes Claros não sai de mim. Passo a ser voluntário na CPT, que desencadeia em mim uma militância religiosa na realidade do povo, e isso vai se tornar fator fundamental para que minhas experiências se desdobrem como motivadoras para a escolha do tema da presente pesquisa.

Retornei ao trabalho de condução do programa de rádio das quatro paróquias na Rádio Nova Onda FM 87,9, Rádio Comunitária da Cidade. Devido a esse trabalho na rádio, fui convidado pela CPT, através da Ir. Leticia, a entrar em um projeto da CPT de uma Rede de Educadores e Comunicadores Populares de toda a bacia do Rio São Francisco, trabalho este onde participei de cursos de formação em diversas cidades da bacia do rio São Francisco, tais como Buritizeiro MG, Salvador BA, Belo Horizonte MG, Juazeiro BA.

A partir desses trabalhos, tive a oportunidade de representar a CPT de Minas Gerais em uma romaria das Águas, com o Bispo Dom-Luiz-Cappio em Sobradinho, na divisa da Bahia com Pernambuco. Este envolvimento na CPT despertou mais ainda em mim um olhar crítico em relação à “questão social”, e decidi prestar o vestibular para o curso de Ciências da Religião na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, onde tive uma vasta experiência no movimento estudantil, sendo eleito presidente do centro acadêmico-AC de Ciências da Religião, me envolvendo na luta pela construção do Restaurante Universitário- RU, e chegando a disputar eleição para presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE. Concluí a graduação em junho de 2013, e nesse período fui acompanhando alguns trabalhos da CPT no norte de minas, junto com o agente de pastoral Alvimar.

Aqui destaco alguns destes trabalhos, como as Romarias das Águas de da Terra de MG, realizadas pela CPT, e uma luta muito importante em parceria com o MAB e o Ministério Público para impedir a exploração de minério de ferro que tentava se instalar no Norte de Minas para explorar a mineração na serra de Grão Mogol, e levar o minério por meio de mineroduto até o porto de Ilhéus, na Bahia.

Essas lutas foram me aproximando da discussão sobre o extrativismo minerário, que me levou a cursar uma disciplina isolada no mestrado de Desenvolvimento Social – PPGDS, na UNIMONTES. Porém a disciplina de tópicos especiais de movimentos sociais e cultura me causou mais inquietações, e novamente me inscrevi no vestibular, sendo aprovado em 1º lugar como afrodescendente carente, no curso de Serviço Social da UNIMONTES em 2014. Ali contribuí na luta do movimento estudantil junto ao Centro Acadêmico, sendo representante discente no colegiado do curso. Ainda enquanto acadêmico da UNIMONTES participei do Encontro Regional dos estudantes de Serviço Social – ERESS, da região 5, na Universidade

Federal do Espírito Santo-UFES, e fui eleito membro da Coordenação Regional dos estudantes de Serviço Social, onde pude conhecer a realidade dos cursos de Serviço Social dos estados que compõem a região 5 da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social- ENESSO. Nessa oportunidade, fiquei responsável pelo eixo Movimento estudantil, e acompanhei em Minas Gerais, Rio de Janeiro e no Espírito Santo o movimento estudantil das universidades onde havia o curso de Serviço Social.

Por este trabalho pude conhecer a Universidade Federal de Ouro preto-UFOP, quando vim ao campus de Mariana em uma “Calourada Vermelha”, promovida pelo “Centro Acadêmico” e pelo Programa “Centro de Difusão do Comunismo – CDC”, onde conheci a luta daqueles estudantes e a política de assistência estudantil desta instituição, que possibilita a permanência dos estudantes até a conclusão de seu curso.

Portanto, pela ausência de uma política de permanência na Unimontes, e como estava difícil me manter em Montes Claros, passei a acompanhar os editais da UFOP e tentei o Processo de Portador de Diploma de Graduação PDG. Tendo sido deferida minha solicitação, pedi desligamento da Unimontes e ingressei no curso de Serviço Social da UFOP em fevereiro de 2015, onde estou conhecendo a dura realidade deste território, e aprofundando o conhecimento sobre a “questão social”, suas determinações e suas expressões.

Aqui trabalho como professor de Ensino Religioso na condição de designado nas redes municipal e estadual de educação básica nos distritos de Mariana e Ouro Preto, o que vem possibilitando um maior contato com a realidade da população destas cidades.

Feitas essas considerações sobre a trajetória pessoal, passo agora a fazer algumas considerações para situar a Arquidiocese de Mariana, conhecida também como “Primaz das Gerais”, que foi criada no período colonial, no estado de Minas Gerais, em 1745, sendo a primeira arquidiocese do interior do Brasil, pois as demais se localizam ao longo da costa litorânea.

Com a posse canônica de Dom Frei Manoel da Cruz, cisterciense da família de São Bernardo e Primeiro Bispo, na histórica data de 2 de fevereiro de 1748, Mariana se tornou, dentro do contexto brasileiro, a sexta diocese, depois do bispado da Bahia (1555), Rio de Janeiro (1676), Olinda (1676), Maranhão (1677) e Pará (1719). Antes da data inaugural de nossa diocese (2/2/1748), a Província das Minas Gerais “in spiritualibus” dava obediência aos Bispos do Rio de Janeiro./.../ A mesma bula papal que criou a diocese de Mariana (“Candor Lucis Aeternae”) criou também o bispado de São Paulo. Depois de cento e sessenta anos, foi elevada à categoria de arquidiocese, juntamente com o bispado de Belém do Pará, por um mesmo documento pontifício.

(“Sempiternam Humani Generis”, de São Pio X, 1/5/1906).

(<https://arqmariana.com.br/>)

Enquanto primeira jurisdição da Igreja Católica Apostólica Romana criada no período colonial no Estado de Minas Gerais, é marcante a presença das oligarquias minerárias, que neste território vão compor as irmandades religiosas, que foram responsáveis pelas construções de diversos templos religiosos, construídos em maior parte pela exploração de mão-de-obra oriunda do trabalho escravo, templos esses que “enchem os olhos” de turistas do mundo todo que circulam pela Região dos Inconfidentes.

Desde sua criação esta Arquidiocese teve sob sua direção os bispos Dom Frei Manuel da Cruz (1745 – 1764), Dom Joaquim Borges de Figueiroa (1771–1772), Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis (1772 – 1777), Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével (1778 – 1793), Dom Frei Cipriano de São José (1797 – 1817), Dom Frei José da Santíssima Trindade (1819 – 1835), Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844 – 1875), Dom Antônio Maria Correia de Sá e Benevides (1877 – 1896), Dom Silvério Gomes Pimenta (1896 – 1922). E os Arcebispos Dom Silvério Gomes Pimenta (1906 – 1922), Dom Helvécio Gomes de Oliveira (1922 – 1960), Dom Oscar de Oliveira (1960 – 1988), Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida (1988 – 2006), Dom Geraldo Lyrio Rocha (2007 – 2018) e Dom Airton José dos Santos (2018 – Atual).

Desses episcopados destacamos aqui que Dom Silvério que foi o único arcebispo negro desta arquidiocese. Dom Luciano foi quem introduziu uma linha pastoral progressista, ligada à TdL. E Dom Geraldo foi o arcebispo que estava à frente da arquidiocese quando ocorreu o rompimento da barragem de fundão, no dia 05 de novembro de 2015.

No processo histórico desta linha do tempo com os bispos e arcebispos que estiveram à frente do pastoreio desta arquidiocese, também estão presentes grupos conservadores, que por muito tempo deram o tom dogmático e conservador que vinha se petrificando na arquidiocese até a chegada de Dom Luciano, que foi quem implementou uma linha pastoral libertadora, em harmonia com as orientações do Concílio Vaticano II, que coloca a Igreja em diálogo com a sociedade moderna, e tendo como marca de seu episcopado a opção feita nas conferências episcopais latino-americanas de Medelim e Puebla, que fazem a opção preferencial pelos pobres. Desvelando assim que no seio da Igreja, assim como na sociedade burguesa, existem espaços e movimentos de disputa ideológica e política.

Cabe registrar que “o território coberto pela diocese primaz de Minas, aproximadamente um quinto do Estado, a região mineira então habitada (centro e sudeste), hoje está repartido entre seis províncias eclesiásticas e se subdividiu numa radiosa constelação de episcopados” (Site da Arquidiocese de Mariana).

A seguir, reproduzimos o mapa da atual região de abrangência da Arquidiocese de Mariana:



Mapa reproduzido do site oficial da Arquidiocese, com os municípios do território de abrangência da Arquidiocese de Mariana. (<https://arqmariana.com.br/>)

Como é possível ver, o território que a Arquidiocese compreende é não apenas grande, como também muito importante economicamente, politicamente e culturalmente, abarcando o quadrilátero ferrífero e toda uma região impactada pelo extrativismo minerário¹.

¹ Para uma abordagem da mineração extrativista no quadrilátero ferrífero e no capitalismo dependente, ver Bertollo, 2018. Para uma abordagem panorâmica da mineração extrativista na América Latina, com um debate da realidade contemporânea, ver Seoani, 2012.

Nessas estruturas econômicas, historicamente e no capitalismo, além da atuação da Igreja, existem várias organizações e movimentos sociais e políticos que também atuam com projetos e interesses diversos, às vezes em luta e disputa. Para mencionar alguns desses movimentos na atualidade, como os Sindicatos Metabase Mariana e Metabase Inconfidentes, com suas posições divergentes, muitos dos principais partidos políticos brasileiros também se organizam e atuam na região, movimentos sociais como a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão/ Mariana/MG, o Movimento dos Atingidos pela Mineração – MAM e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, o Movimento Pelas Serras e Águas de Minas, a Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração – FLAMA, Grupos e Núcleos ligados à UFOP, entre muitos outros.

No segundo capítulo deste TCC, recorreremos a algumas categorias elaboradas por Gramsci², hegemonia, sociedade civil, ideologia, guerra de posição, entre outras, tendo em vista que o autor marxista italiano pode ajudar nessa discussão do lugar e do papel que movimentos e organizações como os citados acima desempenham nas contradições sociais, econômicas, políticas, ideológicas, no território que a Arquidiocese de Mariana compreende.

O presente trabalho é de grande relevância social, através dele buscaremos também apresentar o que não se percebe em primeiro momento a “olhos nus”: que na realidade a Igreja é um espaço em disputa, que pode se alinhar a movimentos mais conservadores ou mais progressistas da sociedade burguesa e suas contradições.

Ao analisar as edições do Jornal pastoral da Arquidiocese de Mariana, queremos entender também qual é o seu papel frente à mineração presente neste território, e assim verificar as disputas ideológicas internas à Arquidiocese, se e como, por exemplo, a Teologia da Libertação influencia na organização e desenvolvimento das Pastorais e Movimentos Sociais nesta Arquidiocese.

Nesse sentido, pretendemos investigar as possíveis faces da Igreja, em particular de Mariana-MG, sua orientação pastoral, ideológica e política. Ou seja, queremos aqui analisar as constantes disputas ideológicas, culturais, políticas, que se dão neste jogo de poder, onde ora vemos os conservadores lutando para manter o controle do poder, ora vemos os oprimidos questionando esta forma de exercício do poder.

Diante disso queremos indagar: dentro dessa Igreja também se expressa a luta de classes? Quem é o oprimido, quem é o opressor, a qual classe eles pertencem?

² Coutinho, 2011.

Por entendermos que este tema pouco é explorado hoje no Serviço Social, pretendemos dar a nossa contribuição ao analisarmos estes Jornais Pastorais. Queremos abrir caminhos em um campo fértil para ser pesquisado, que é a presença dessa Igreja e sua função na Região dos Inconfidentes.

CAPÍTULO 1 – ABORDAGENS E POSIÇÕES DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA-MG NO PERÍODO 2015-2022 SOBRE A MINERAÇÃO EXTRATIVISTA NO TERRITÓRIO

1.1 O Jornal “Pastoral” da Arquidiocese de Mariana: considerações introdutórias sobre a frequência de abordagem da realidade da mineração no território

Os primeiros movimentos da pesquisa correspondem a um estudo voltado ao denominado Jornal Pastoral, publicado periodicamente pela Arquidiocese de Mariana e vinculado, portanto, à Igreja Católica brasileira, nas particularidades do território de Minas Gerais.

Nos caminhos de pesquisa, foi visitado o site da Arquidiocese de Mariana- MG³, dentro do qual foi encontrado o link “Comunicação” e, dentro deste, o link “Jornal Pastoral”, onde foram encontrados publicados em arquivos eletrônicos (extensão “pdf”), as edições do referido jornal, do período de agosto de 2018 a maio de 2022.

Ao identificarmos essas edições, e ao fazermos a leitura dos jornais e das matérias, surgiu a pergunta sobre a possível existência de edições de jornais pastorais dos anos anteriores. O que poderia trazer um período maior de abrangência para a pesquisa.

Percorrendo o próprio site, foi encontrado um link para o site antigo da Arquidiocese⁴, no qual foram encontradas edições anteriores, sendo então delimitadas para estudo as edições publicadas a partir de dezembro de 2015, mês seguinte ao rompimento da barragem de fundão⁵, da Mineradora Samarco⁶, em Mariana-MG. O que possibilita observar e examinar se essa situação aparece refletida, e como, nos referidos jornais.

³ <https://arqmariana.com.br/>.

⁴ https://arqmariana.com.br/site_2019/.

⁵ O rompimento da barragem de Fundão (uma das três barragens de rejeitos pertencentes à mineradora Samarco) “despejou 34 milhões de m³ de lama sobre o povoado/distrito de Bento Rodrigues, pertencente ao município de Mariana-MG, destruindo-o completamente. Este acontecimento é considerado o maior desastre socioambiental do País no setor de mineração. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2016). A avalanche de lama, que ainda pode ser vista nos rios e nas cidades do entorno, atingiu área de cerca de 1.500 hectares, deixou 19 mortos, centenas de desabrigados, soterrou quase 30 comunidades e impactou na vida de cerca de 1 milhão de pessoas” (PORTAL VERMELHO, 2016)” (BERTOLLO, 2018, p. 196).

⁶ “O Ministério Público Federal (MPF) denunciou a Samarco, Vale, BHP Billiton e VogBR e mais 22 pessoas” como responsáveis pela tragédia ocorrida com o rompimento da barragem em Mariana, Minas Gerais. 21 destas pessoas responderão por homicídio qualificado com dolo eventual, quando se assume o risco de cometer o crime. Dentre os denunciados da Samarco estão o diretor-presidente, Ricardo Vescovi; o diretor de Operações e Infraestrutura, Kleber Luiz de Mendonça Terra; 3 gerentes operacionais; 11 integrantes do Conselho de Administração e representantes do conselho da empresa por indicação da BHP e Vale. Segundo os procuradores da República José Adércio Leite Sampaio, Eduardo Aguiar, Jorge Munhós e Eduardo Santos de Oliveira, os acusados, “de forma consciente, realizaram uma série de ações e omissões que levaram ao rompimento da barragem”. Os acusados poderão ir a júri popular e, se condenados, terão penas de prisão de que podem ir até 54 anos, além de

Considerando o material que foi identificado, apresentamos no quadro abaixo o quantitativo de edições do Jornal Pastoral que foram publicadas no referido site, no período que vai de dezembro de 2015 a dezembro de 2022.

Quadro 1- Quantitativo de edições do Jornal Pastoral por ano - dezembro de 2015 a maio de 2022

Ano	Numero de Edições
2015*	01
2016	10
2017	10
2018	11
2019	10
2020	08
2021	08
2022	05
Total	63

Elaboração própria. Fonte: Arquidiocese de Mariana, Jornal Pastoral. *Foi considerado apenas o mês de dezembro.

A seguir, apresentaremos quadros com informações gerais de identificação dos jornais, pesquisando também a frequência e os temas relacionados à mineração.

Para a identificação da frequência da temática da mineração nos jornais, foram digitadas no buscador do arquivo eletrônico em extensão “pdf” as seguintes palavras-chave: “mineração”, “barragem” e “atingidos”.

Feito isso, foram obtidas a frequência e número de matérias abordando a temática da mineração, conforme registrado no quadro 2:

Quadro 2: Frequência de abordagem do tema Mineração nos jornais “Pastoral” por ano – 2015/2022

Ano	Frequência	Número de matérias
2015*	01	09
2016	10	21
2017	06	12
2018	05	13
2019	06	14
2020	03	05
2021	03	03

pagamento de multa, de reparação dos danos ao meio ambiente e daqueles causados às vítimas” (INSTITUTO SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 2016)” (BERTOLLO, 2018, p. 197).

2022	01	01
Total	35	78

Elaboração Própria. Fonte: Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana. *Foi considerado apenas o mês de dezembro.

Avançando na direção de considerações de uma dimensão mais qualitativa do material obtido, apresentaremos na sequência o consolidado das matérias identificadas em cada ano pesquisado. A partir desse material, faremos algumas reflexões e análises mais sistematizadas, buscando identificar em termos iniciais categorias e tendências principais de abordagem da realidade da mineração no território.

1.2 O JP: frequência modo de abordagem da realidade da mineração no território, no período de dezembro 2015 a dezembro de 2022

Destacamos que em relação ao ano de 2015 foi considerado apenas o mês de dezembro, como já dissemos acima, tendo em vista o referido rompimento da barragem de Fundão, e o interesse em saber se houve repercussão dessa situação nos Jornais publicados nos meses seguintes, e como foi essa eventual repercussão.

O resultado obtido se vê no quadro 3:

Quadro 3 - Frequência e enunciados de abordagem da temática da mineração nas edições do Jornal Pastoral - dezembro de 2015

Elaboração Própria. Fonte: Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana.

DATA	ANO/NÚMERO	TEMÁTICA PRINCIPAL	ABORDA MINERAÇÃO?	ENUNCIADO DA NOTÍCIA/ tipo da Notícia
Dezembro de 2015	Ano XXIV, número 262	Com a força da fé	SIM	-Fé Justiça e Solidariedade (Editorial) -A vida vence a morte (palavra do Bispo) -“Garantir os direitos, este é o nosso objetivo”(Entrevista com integrante do MAB) -Difícil negociação (Notícia) -A vida acima do Lucro (Coordenação de Pastoral) -Festa e Reflexão marcam o “dia da - Arquidiocese” (Notícia) -Caminhada e compromisso (Notícia) -Arquidiocese e MAB: parceiros na defesa dos Direitos Humanos (Entrevista) -Histórias de Uma trajetória (Entrevistas)

Em uma primeira aproximação ao material obtido neste quadro, fica evidente que o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG foi repercutido fortemente neste número

do jornal. Sobre esta repercussão, é possível notar uma abrangência que compreende dentro das abordagens sobre mineração, dimensões e eixos temáticos como: defesa de direitos e da vida; crítica a categorias econômicas como o lucro; articulação e parceria com movimentos sociais; eventos religiosos relacionados e comprometidos com essas temáticas.

Também em articulação com esses compromissos com a população atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, este número do jornal Pastoral traz entrevistas com cinco atingidas/os de Bento Rodrigues e Paracatu. Nota-se o empenho desta edição do jornal em dar voz às/aos atingidas/os, bem como a atores e movimentos sociais alinhados aos interesses dessa população.

Para avançar em aproximação às posições da arquidiocese, neste momento, sobre o rompimento da barragem, seguem reproduzidas algumas passagens representativas.

O chamado desta edição traz o seguinte:

Tragédia que destruiu distritos em Mariana, devastou várias cidades e matou a biodiversidade do Rio Doce completa trinta dias. Muita gente perdeu todos os bens materiais e outros choram a morte de parentes e amigos. Uma catástrofe que marcou para sempre a vida de muitos brasileiros. Apesar da dor, os atingidos estão de pé. Organizados em grupos e assembleias, eles contam com a ajuda e a solidariedade de muitos e buscam força na fé para reconstruir suas vidas. Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e tantas outras comunidades atingidas não são somente um retrato na parede. São parte desta história que não acabou e que nunca vai acabar (Jornal Pastoral Ano XXIV, número 262, p. 1).

E no editorial deste número do Jornal Pastoral, podemos ler:

Há jornais que nunca deveriam ser feitos, escritos ou editados. Há fatos que nunca deveriam ser publicados, pois nunca deveriam acontecer. Esta edição do Jornal Pastoral faz parte desta categoria de notícias que ninguém quer dar /.../. Ao falar da tragédia, procuramos valorizar as pessoas em cada uma das matérias e artigos escritos sobre o assunto, com a preocupação de informar e formar. Procuramos também conversar francamente com os envolvidos, como é o caso da entrevista feita com um dos coordenadores do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que falou abertamente sobre vários aspectos que envolvem a questão do rompimento da barragem e o atendimento aos atingidos /.../. Uma edição que tenta fazer jus à memória dos mortos na tragédia, e que tem na esperança e na fé seu principal instrumento de promoção da vida e de justiça. Dá voz aos atingidos, que nos contaram sobre os momentos de pânico vividos durante o rompimento e nos dizem também o que esperam fazer depois de tanta dor (Jornal Pastoral Ano XXIV, número 262, p. 2).

Enquanto nas palavras do então arcebispo de Mariana-MG Dom Geraldo Lyrio Rocha neste número 262 do Jornal Pastoral, lemos:

E agora? Como vão ficar essas pessoas? Como será daqui para frente? Como será a reconstrução da vida desses nossos irmãos tão gravemente prejudicados? Como será o ressarcimento pelos danos causados? Como vai ser o processo de reparação que envolve indenização, compensação e recolocação dos atingidos? Essas e outras interrogações se levantam, acompanhadas de forte dose de indignação diante de um quadro dramático que certamente poderia ter sido evitado. As pessoas atingidas têm seus direitos inalienáveis que não podem ser ignorados. Entretanto, ninguém deve cair na tentação de querer resolver sozinho o seu futuro, pois, as negociações devem ser coletivas. O povo precisa se organizar e expressar seus desejos, suas opções e participar nas decisões que lhe dizem respeito e não podem vir de cima para baixo (Jornal Pastoral Ano XXIV, número 262, p. 2).

Numa direção de questionamento das “causas” do rompimento, o arcebispo prossegue:

O que causou o rompimento das barragens? Quem é responsável pela tragédia? Estas perguntas também precisam receber resposta. É preciso que se tomem medidas sérias para que igual tragédia não venha a se repetir. Faz-se necessária uma urgente revisão da legislação e uma eficaz fiscalização da atividade mineradora para impedir que se reproduzam situações como as que estamos vivendo (Jornal Pastoral Ano XXIV, número 262, p. 2).

É interessante destacar ainda a citação que o referido arcebispo traz das reflexões e exortações que o Papa Francisco faz, no espírito do que aparecerá na encíclica *Laudato Si*⁷, indicando já interessantes relações entre linha teológica e posição da Igreja e da Arquidiocese diante dos fenômenos da realidade, da mineração.

Em seu discurso no Encontro Mundial dos Movimentos Populares, em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), no dia 9 de julho deste ano, o Papa Francisco levantou as seguintes interrogações: „Reconhecemos que as coisas não andam bem, quando o solo, a água, o ar e todos os seres da criação estão sob ameaça constante? Reconhecemos que este sistema impôs a lógica do lucro de qualquer jeito, sem pensar na exclusão social nem na destruição da natureza?“ E o Papa continua: „A terra, os povos e as pessoas estão sendo castigados, de forma quase selvagem. E por trás de tanto sofrimento, tanta morte e destruição, reina a ambição desenfreada de dinheiro. O serviço ao bem comum fica em segundo plano. Quando o capital se torna um ídolo e dirige as opções dos seres humanos, quando a avidez do dinheiro domina todo o sistema socioeconômico, arruínase a sociedade, condena-se o ser humano a se transformar em escravo, destrói-se a fraternidade e leva-se um povo a lutar contra outro povo e até, como vemos, põe-se em risco a irmã e mãe terra, esta nossa casa comum“ (Jornal Pastoral Ano XXIV, número 262, p. 2).

Por fim, para trazer outra linguagem de referência desta edição do Jornal Pastoral, e das suas posições, reproduzimos abaixo uma das fotos que está no jornal.

⁷ Em algum momento do TCC, possivelmente na Introdução, ou quando aparecer pela 1ª vez, inserir nota, explicando.



Foto reproduzida do Jornal Pastoral Ano XXIV, número 262, p. 2. (Distrito de Bento Rodrigues destruído pela lama da mineradora Samarco).

Em relação ao ano de 2016, foi identificada a presença da temática delimitada para investigação no presente TCC em 10 edições do Jornal Pastoral, ou seja, em todas as edições deste ano houve uma ou mais referências à realidade e às temáticas relacionadas à mineração. Nessas 10 edições, foi identificado um total de 21 matérias. Como podemos ver no quadro 4:

Quadro 4 - Frequência e enunciados de abordagem da temática da mineração nas edições do Jornal Pastoral - 2016

Elaboração Própria: Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana.

DATA	ANO/NÚMERO	TEMÁTICA PRINCIPAL	ABORDA MINERAÇÃO?	ENUNCIADO DA NOTÍCIA/ tipo da Notícia
Janeiro de 2016	Ano XXV, número 263	Vamos todos cuidar da nossa casa	SIM	-Em preparação ao VI Fórum Social Arquidiocesano pela Vida (Notícia) -Natal em comunhão com os atingidos -Dioceses publicam declaração sobre a tragédia causada pelo rompimento da barragem de Fundão (Notícia) -Arquidiocese analisa critérios de utilização do fundo em apoio aos atingidos (Notícia) -Cuidando da Casa Comum (Notícia) -Nossa esperança vem dos pequenos (Notícia) - Pimenta biquinho: o tempero que mudou a vida de moradores de Bento Rodrigues (Notícias)
Fevereiro de 2016	Ano XXV, número 264	Para acolher na misericórdia	SIM	-Rumo ao VI Fórum Social pela Vida (Notícia) -Linhas e cores que dão vida à arte de bordar (Notícia)
Março de 2016	Ano XXV, número 265	As mulheres e o mundo	SIM	-Músicas, tradição e fé marcam a Folia de Reis do distrito de Paracatu
Abril de 2016	Ano XXV, número 266	Sob as graças da misericórdia	SIM	-Rumo ao VI Fórum Social pela Vida / FÓRUM RIO DOCE (Notícia) -Povo Krenak (Notícia)
Maio de 2016	Ano XXV, número 267	Trabalho, Fé e Misericórdia	Sim	-Fotos: Carol Vieira Romaria: luta e fé no Dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras (Notícia) -O garimpo e a pescaria que tinham aqui, a lama prejudicou! -Meio Ambiente e rompimento da barragem são discutidos em reunião da Província
Julho de 2016	Ano XXV, número 269	Juventude e comunhão/ Movimentos populares	sim	-Movimentos populares (Notícia) -Caminhar juntos: eis a solução (Entrevista) - Forania de Mariana publica Notas sobre os atingidos pela barragem de Fundão (Notícia)
Agosto de 2016	Ano XXV, número 270	Permaneço no meu Amor	Sim	-Compromisso com a Vida (Entrevista)

Setembro de 2016	Ano XXV, número 271	Voto Que vença o bem comum	Sim	-O santo do povo: Dom Luciano Mendes de Almeida (Notícia)
Dezembro de 2016	Ano XXV número 273	Evangelizar com alegria	Sim	-Arquidiocesano de Evangelização: a urgência da missão (Notícia)

Em uma primeira aproximação ao material obtido neste quadro, constata-se que o Jornal Pastoral traz nesses números uma linha teológica muito clara, atravessada por referências da “Laudato Si”.

Traz também eventos da igreja, tradicionais (festividades do natal) e organizativos (Fórum Social) relacionados à temática aqui estudada; Documentos da Igreja (Declaração das Arquidioceses, demarcando posição perante a temática aqui estudada).

Esses números do jornal Pastoral trazem também: meio-ambiente, povos e comunidades indígenas (Krenak), quilombolas, ribeirinhos, garimpeiros e pescadores, atores, movimentos e classes sociais.

Outra frente de repercussões que esses números do Jornal Pastoral trazem diz respeito a aspectos culturais e ao modo de vida das populações atingidas, o que se vê, por exemplo, nas matérias que valorizam, reconhecem e dão visibilidade à tradicional produção de pimenta biquinho no distrito de Bento Rodrigues, os trabalhos de bordados, música e folia de reis em Paracatu de Baixo.

Para avançar em aproximação às posições da arquidiocese, neste momento e tendo em vista esses números do Jornal Pastoral, em relação à temática da mineração e temáticas relacionadas, seguem reproduzidas algumas passagens representativas.

O tema principal da edição de número 263, de janeiro de 2016, traz o tema da Campanha da Fraternidade desse ano: “Vamos todos cuidar da nossa casa”. Portanto, mais uma vez vemos as influências da Encíclica Laudato Si na linha teológica da Igreja e da Arquidiocese de Mariana. A referência bíblica do cartaz informativo é a seguinte: “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”, uma citação de Amós, do Antigo Testamento. Junto dessas informações, lemos também:

E para tal quer refletir o tema a partir de um problema que afeta o meio ambiente e a vida de todos os seres vivos, que é a fragilidade e, em alguns lugares, a ausência dos serviços de saneamento básico em nosso país. O texto base foi apresentado em novembro e traz, em cinco partes, reflexões e propostas concretas que tem como objetivo a preservação do meio ambiente, a saúde dos seres humanos e a construção de justiça social (Jornal Pastoral Ano XXV, número 263, p. 1).

Nessa mesma linha teológica, demarcando a posição da Arquidiocese, o editorial desta edição número 263, lemos:

O Brasil passa por uma turbulenta crise que não se salva por qualquer antídoto. É necessário algo mais que explicita o sentido das coisas que acontecem por aqui. Qual seria a pior das crises? Temos a econômica que predomina no mundo atual onde sobrevivem apenas os que detêm a estabilidade do dinheiro, das riquezas e da capacidade de se multiplicar à custa do avassalador endividamento dos mais pobres. Há muito, o país saiu da emergência para cumprir metas exigentes da economia mundial, mas com sofrimento e padecimento de suas matérias primas. O aspecto econômico sobrepuja numa sociedade. /.../ A corrupção, como lembra o Papa Francisco, é doença que atinge todos os cantos e corações humanos. /.../ A crise estende-se nos campos sociais e nas situações diversas da vida do povo. O Brasil já não se encontra no mapa da fome que mata a vida, mas ainda luta para tirar da miséria milhões de famintos por justiça social na erradicação da pobreza, da educação desqualificada e dos índices sociais ameaçadores da sobrevivência humana. Quem mais sofre são os pobres, os excluídos e os que sobraram da sociedade do bem-estar. Para muitos eles não existem, são resto ou dispensáveis de viver (setores da grande mídia, muitas vezes contribuem para a desconstrução dos poderes populares). Não interessa a essa mídia que o povo seja consciente e sujeito de sua história (Jornal Pastoral Ano XXV, número 263, p. 2).

Avançando um pouco mais na apresentação da matéria, reproduzimos a seguinte “declaração sobre a tragédia causada pelo rompimento da barragem de Fundão”

As dioceses de Mariana, Itabira/coronel Fabriciano, Caratinga, Governador Valadares e Colatina se reuniram no dia 22 de dezembro em Mariana e publicaram uma declaração sobre a tragédia socioambiental causada pelo rompimento da barragem de Fundão./.../ o arcebispo de Mariana, Dom Geraldo Lyrio Rocha, que fez, também, questionamentos sobre as consequências e os responsáveis pela tragédia. „Que consequências para o Meio Ambiente essa tragédia vai deixar? Que consequências o mar vai sentir e já está sentido com os dejetos lá na foz do Rio Doce? Quais as implicações na saúde? Como a vida humana vai se desenrolar daqui para a frente? Porque tudo o que está sendo feito agora é provisório, e o amanhã, como será? Tudo isso nos traz muita preocupação. E uma coisa é séria: por trás de um fenômeno desse há responsáveis. E uma coisa é séria: por trás de um fenômeno desse há responsáveis. Nós não estamos diante de uma catástrofe da natureza, mas diante de um grande desastre, que tem por trás a mão humana”, disse Dom Geraldo (Jornal Pastoral Ano XXV, número 263, p. 2).

Nessa passagem, o tom de cobrança e responsabilização pelas consequências da violência do extrativismo mineral e do rompimento da barragem são sem dúvidas fortes, sendo que chama a atenção também a identificação do fenômeno do rompimento da barragem de Fundão primeiro como “tragédia socioambiental”, e depois como “um grande desastre”.

Para avançar no entendimento da posição, digamos, na articulação interna e política da Igreja Católica nesse momento, destacamos a seguinte passagem do referido Encontro:

Para o bispo da Diocese de Colatina (ES), Dom Joaquim Wladimir, o encontro veio também para unificar a linguagem da Igreja. “Vamos ter uma mesma linguagem, mesma reflexão e mostrar que es tamos do lado dos atingidos./.../ Durante a reunião foram apresentadas as realidades locais de cada diocese e elaboradas algumas ações que serão realizadas conjuntamente. Enquanto Igreja nós temos que zelar pelo bem comum, para que os direitos dos atingidos sejam respeitados. E também para uma maior conscientização da população católica, levando em consideração a Campanha da Fraternidade, para que nós todos sejamos responsáveis por construir um mundo melhor, começando com um maior respeito pelo Meio Ambiente e pensando uma ecologia integral, como diz o Papa Francisco”, comentou o bispo de Governador Valadares, Dom Antônio Carlos Felix. (Jornal Pastoral Ano XXV, número 263, p. 5).

Nesse momento, um mês após o rompimento da Barragem de Fundão que atingiu e degradou grande parte da Bacia do Rio Doce, observamos então uma articulação das lideranças religiosas presentes neste território em conjunto com os movimentos sociais, em especial o MAB, na construção de um posicionamento crítico e político em defesa dos direitos das comunidades atingidas em toda esta bacia hidrográfica.

Vale ressaltar que esse encontro revela a posição política da *Igreja* nesta trincheira que é o território explorado pela mineração, pois ao se somar aos movimentos sociais e agentes de pastorais sociais que atuam nas dioceses presentes ao longo desta bacia, se articula e constrói uma unidade entre estas dioceses que evocam o tema da campanha da fraternidade de 2016 “Casa comum nossa responsabilidade”, campanha esta promovida pela CNBB e especialmente nesse ano em parceria com o CONIC. Entendemos que essa articulação e unidade representam e constituem uma força social e política. Essas posições acompanham também as orientações do Papa Francisco ao falar do cuidado com a casa comum trazendo para esta declaração o tom teológico da *Laudato Si*.

Prosseguindo a apresentação da matéria por meio da linguagem da fotografia, seguem reproduzidas abaixo algumas das imagens representativas da temática aqui estudada.



Foto reproduzida do Jornal Pastoral Ano XXIV, número 262, p. 5 (Reunião entre o episcopado da bacia das dioceses da bacia do rio doce com lideranças de pastorais sociais leigas e movimentos social).



Foto reproduzida do Jornal Pastoral Ano XXIV, número 262, p. 2. (Moradora de Bento Rodrigues na produção de pimenta biquinho).

Avançando para o ano de 2017, foi identificada a presença da temática aqui delimitada para investigação em 06 edições do Jornal Pastoral, ou seja, houve um recuo de referências às temáticas relacionadas à mineração, o que também vemos no número total de matérias, que caiu para 12. Como podemos ver no quadro 5:

Quadro 5 - Frequência e enunciados de abordagem da temática da mineração nas edições do Jornal Pastoral - 2017

Elaboração Própria. Fonte: Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana.

DATA	ANO/NÚMERO	TEMÁTICA PRINCIPAL	ABORDA MINERAÇÃO?	ENUNCIADO DA NOTÍCIA/ tipo da Notícia
Fevereiro/ Março de 2017	Ano XXVI, número 275	Memórias do Cárcere	Não	
Abril de 2017	Ano XXVI, número 276	Apenas mão de obra?	Não	
Maio de 2017	Ano XXVI, número 277	Sob a luz de Jesus Cristo	Sim	-Primeira missa é celebrada no novo terreno de Bento Rodrigues (Notícia) -Romaria das Águas e da Terra (Notícia)
Junho de 2017	Ano XXVI, número 278	Semeando a Boa Nova	Sim	-Há dez anos, promovendo a obra de um evangelista em Mariana (Apoio aos atingidos) (Notícia)
Julho de 2017	Ano XXVI, número 279	Lá vem o trem das CEBs...	Sim	-2ª Romaria das Águas e da Terra (Notícia)
Agosto de 2017	Ano XXVI, número 280	Para todos e para todas as idades Plano Arquidiocesano de catequese	Sim	-Mineração (Notícia) -CNBB cria Grupo de Trabalho específico para analisar impactos da mineração no Brasil (Notícia)
Setembro de 2017	Ano XXVI, número 281	Pobre e sem proteção social	Sim	-Quando os excluídos gritarem! (Notícia)

Observando com atenção o quadro referente ao ano de 2017, nota-se uma expressiva frequência de matérias abordando a temática da mineração, especialmente no mês de novembro, quando o N°283 DO Jornal Pastoral traz uma edição especial em referência aos dois anos do rompimento da barragem de fundão.

Entre as formas de abordagem e as propostas de intervenção verificamos a presença e organização de eventos e atividades religiosos envolvendo a comunidade atingida, entre os quais: Missa no terreno onde será construído o assentamento do novo Bento Rodrigues, Romaria das águas e da terra das dioceses da Bacia do rio Doce, mensagem evangelizadora do episcopado do Arcebispo Dom Geraldo em apoio aos atingidos, criação, no âmbito da CNBB, de grupo de trabalho voltado para refletir os impactos da mineração no território nacional.

Para se ter uma ideia dessas articulações entre igreja, teologia e realidade reproduzimos abaixo uma passagem referente ao Grupo de Trabalho constituído em articulação da CNBB para

atuação organizada no território, e uma outra passagem relativa ao chamado para a “Romaria das Águas e da terra”. Nas palavras do jornal Pastoral, o objetivo do referido grupo de trabalho

é acompanhar a situação das comunidades afetadas pela atividade e propor ações que visem a preservação do meio ambiente e o bem estar da população. Entre as prioridades, está o mapeamento das regiões que mais sofrem os impactos da mineração, bem como os grupos que já atuam na área. (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 277, p. 1).

Em relação à “Romaria das Águas e da terra”, no espírito da Laudato Si, temos que

As dioceses da bacia do Rio Doce vão promover no, 4 de junho, a 2ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce. A edição deste ano será na diocese de Caratinga com o tema „Bacia do Rio Doce, nossa Casa Comum e lema “Povos, terras e águas clamam por justiça”. (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 277, p. 5).

Prosseguindo na análise do quadro obtido, outros eixos que se destacam são aqueles relacionados aos chamados “excluídos”, aos atingidos e suas demandas e reivindicações, e também aos “direitos de cidadania”. Para ilustrar essas posições, reproduzimos abaixo duas citações, uma do arcebispo Dom Geraldo e a outra do assessor da dimensão sócio política da arquidiocese de Mariana, Pe. Marcelo Santiago:

Vivemos tempos difíceis. Direitos e avanços democráticos estão ameaçados. Celebrado aos pés do Senhor Bom Jesus, o Grito dos Excluídos deve nos estimular a continuar lançando as redes nas águas profundas de nossa realidade dura e sofrida; nos despertar para a solidariedade; nos encorajar para a organização popular; renovar nossa esperança e alimentar nosso compromisso cristão na luta por uma sociedade justa, fraterna e solidária. (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 277, p. 5).

“/.../ todos devem ser solidários com os atingidos da Bacia do Rio Doce, de Regência à Mariana, e com o povo de Congonhas /.../. Exigimos que todos sejam ressarcidos financeiramente pelas empresas responsáveis por este crime socioambiental. Solidarizamos também com a população de Congonhas diante da proposta de aldeamento da barragem de rejeitos, trazendo o medo de que aconteça aqui, o que aconteceu em Mariana. Insistimos na democratização das decisões e nos direitos das comunidades em dizer não aos projetos de mineração que afetam fortemente a suas vidas e o seu futuro. (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 281, p. 8).

Para finalizar as considerações mais qualitativas sobre o material aqui analisado, referentes às publicações do ano de 2017, reproduzimos abaixo um dos trechos mais fortes e posicionados da arquidiocese de Mariana em relação à realidade da mineração e seus impactos, trecho que aparece no editorial do nº 283 do Jornal Pastoral:

Há dois anos, a tragédia da barragem de Fundão assola e amedronta os atingidos, a bacia do Rio Doce e todas as cidades-comunidades que foram sacrificadas desde o fatídico dia 5 de novembro de 2015. O poder econômico é a causa primeira desse enredo que parece não ter fim. Uma história que assombra e que exige explicações e resoluções, malgrado a penalidade sobre as populações e as pessoas mais diretamente atingidas. A terra clama por justiça e não se sabe, até o momento, quando retornará a paz para as cidades de Mariana e Barra Longa, seus povoados e toda a extensão geográfica tomada pela lama dos rejeitos da barragem que se encontravam no extinto Bento Rodrigues. As empresas Vale, BHP Billiton e Samarco são as responsáveis pela tragédia anunciada, uma vez que a fiscalização era precária e os laudos ambientais não condiziam com a realidade. Não havia sinalização capaz de noticiar, em tempo hábil, a saída emergente dos moradores do antigo Bento. A tarde do dia 5 de novembro de 2015 preanunciava a maior danificação que aconteceu no país. Mortes de pessoas inocentes jamais serão esquecidas nem haverá indenização que pague sua memória. Não obstante o sinistro causado pela ineficácia das mãos humanas, sobrevive a desgraça das famílias, agora na cidade, muitas vezes maltratadas e ou incompreendidas. Volta, Samarco ou voltem Bento, Paracatu, Rio Doce e o desenvolvimento humano!? As mineradoras não respondem à dignidade e à necessidade urgente de vida dos atingidos pela lama. Não se sabe quando terão os atingidos, moradores do Bento, Paracatu e Gesteira, um lugar ao sol para sobreviver e comungar seus ideais. Medo e depressão tomaram seus sofridos corações. /.../ E há outras barragens amedrontando. Até quando? (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 281, p. 8).

Abaixo, apresentamos algumas imagens representativas das edições acima analisadas, trazendo novamente a linguagem da fotografia.



Foto reproduzida do Jornal Pastoral Ano XXVI, número 282, p. 2. (Distrito de Bento Rodrigues devastado).

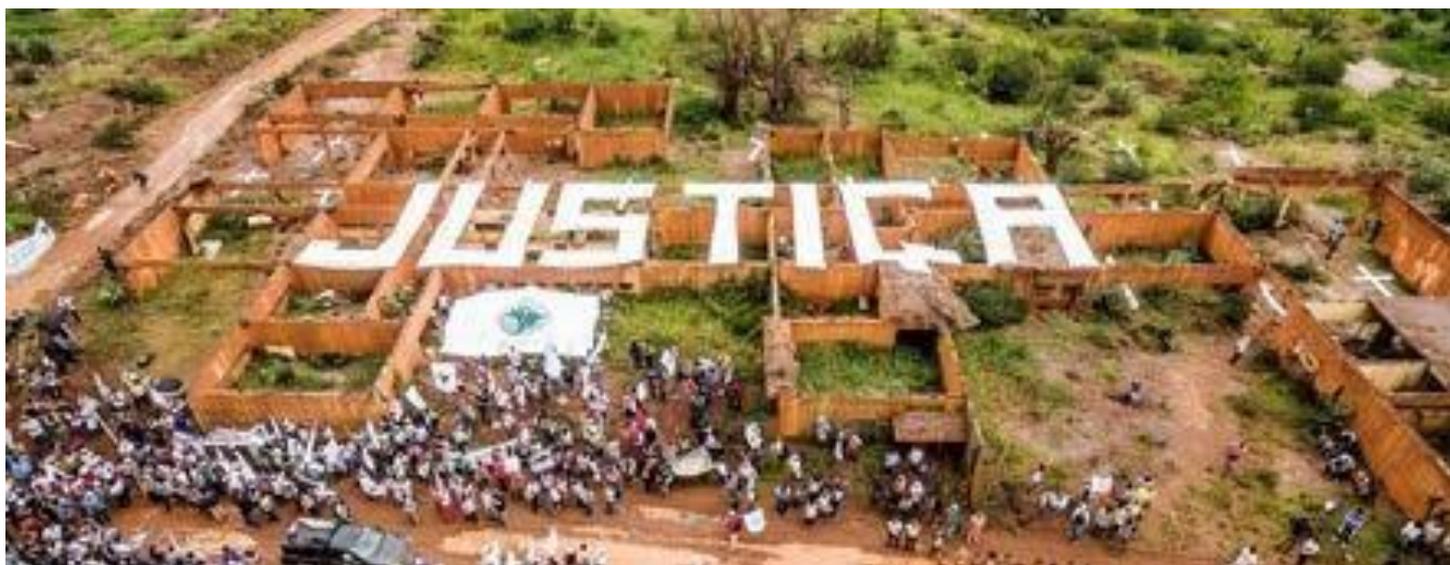


Foto reproduzida do Jornal Pastoral Ano XXVI, número 282, p. 2. (ato de fechamento da caminha de Regencia a Mariana revindicando Justiça)



Foto reproduzida do Jornal Pastoral Ano XXVI, número 282, p. 2. (Moradores em Mariana vendo as fotos do Distrito de Bento Rodrigues devastado)

Avançando para o ano de 2018, foi identificada a presença da temática aqui investigada em 05 edições do Jornal Pastoral, com um número total de 13 matérias. Como podemos ver no quadro 6:

Quadro 6 - Frequência e enunciados de abordagem da temática da mineração nas edições do Jornal Pastoral - 2018

DATA	ANO/NÚMERO	TEMÁTICA PRINCIPAL	ABORDA MINERAÇÃO?	ENUNCIADO DA NOTÍCIA/ Tipo da Notícia
Janeiro de 2018	ANO XXVI, número 285	Vós sois todos irmãos	NÃO	
Fevereiro de 2018	ANO XXVI, número 286	Caminhando para as periferias	NÃO	
Março de 2018	ANO XXVI, número 287	Uma Igreja Ministerial	NÃO	
Abril de 2018	ANO XXVI, número 288	O cuidado com quem cuida	SIM	-Mineração para quem? (entrevista) -Província Eclesiástica se reúne em Ponte Nova (Notícia) -Romarias: profecia e vida! (Notícia) -Mineração (Notícia)
Mai de 2018	ANO XXVI, número 289	A formação dos padres em debate	SIM	-Arquidiocese recebe seu novo pastor (Notícia) -Romaria dos trabalhadores: exemplo de luta e (Notícia) - Continuam os preparativos para a 3ª Romaria das Águas e da Terra (Notícia)
Junho de 2018	ANO XXVI, número 290	Ele fez a obra de um evangelista	SIM	-Dom Geraldo e a obra de um evangelista (Editorial) -"Sempre disposto a acolher e ouvir", diz Monsenhor Celso sobre Dom Geraldo (Entrevista) -Dom Geraldo: a conclusão de um grande episcopado (Notícia) -Romaria das Águas e da Terra: Espaço de resistência e fé (Notícia)
Julho de 2018	ANO XXVI, número 291	Arquidiocese acolhe seu novo arcebispo	NÃO	

Agosto de 2018	ANO XXVI, número 292	Brasil: um país de desigualdades	SIM	-Atingidos celebram a festa de São Bento em Bento Rodrigues (Notícia)
Outubro de 2018	ANO XXVI, número 284	Viver para anunciar	NÃO	
Novembro de 2018	ANO XXVI, número 295	Três Anos de Luta	SIM	-Vozes que não se calam (Editorial) -Marcas de Lama e Luta (Notícia)
Dezembro de 2018	ANO XXVI, número 296	Em Favor dos mais Necessitados	NÃO	

Elaboração Própria. Fonte: Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana

Observando com atenção o quadro referente ao ano de 2018, nota-se que persiste uma expressiva quantidade de edições e de matérias abordando a temática da mineração.

No Nº288 deparamos com uma entrevista realizada com o senhor Ivan Targino, membro do Sindicato Metabase Inconfidentes, um Sindicato reconhecidamente combativo e alinhado às pautas e lutas da classe trabalhadora na região, nas relações do extrativismo minerário. Esse número do jornal foi publicado um pouco antes da realização da 28ª Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras, que teve como tema "Mineração para que e para quem? Por uma economia a serviço da vida". Para uma aproximação ao teor da entrevista e do tratamento das questões da mineração no território, reproduzimos abaixo uma primeira reflexão mais geral do sindicalista em sua resposta à questão formulada pelo Jornal Pastoral sobre a temática, na qual se lê:

Esse tema permite abrir o debate no conjunto da sociedade sobre o perfil do atual modelo mineral de exploração no país e todos os problemas e contradições decorrentes dele. Isso permite resgatar à memória não só o crime cometido pela Samarco/Vale/ BHP mas todas as violações promovidas pelas grandes empresas do setor que explora nossa riqueza, nosso trabalho e deixam como saldo um passivo socioambiental e econômico imensurável. Debater mudanças nessa forma de minerar no país hoje é debater soberania e a construção de um novo modelo de sociedade pautado na atenção às necessidades da ampla maioria da população e na preservação dos recursos naturais esgotáveis hoje destruídos por esse setor da indústria.

Aprofundando a análise crítica do modelo minerário extrativista vigente na região, o sindicalista responde à questão “a atuação” e o caráter “da mineração nas cidades que pertencem ao território da Arquidiocese” da seguinte forma:

Parasita! Essa é a relação estabelecida entre as corporações do setor com o Estado brasileiro, com as populações atingidas e com o conjunto da sociedade.

Eles agem como uma praga de gafanhotos que se instalam num lugar, sugam tudo quanto podem, deixam um rastro de destruição, trabalhadores doentes, lesionados, com baixos salários e gradativa retirada de direitos e benefícios. Em pouco tempo, a farsa do desenvolvimento e progresso, prometido pela mineração, mostra seu perfil mais cruel no cotidiano das comunidades e das parcelas mais pobres das nossas cidades (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 288, p. 4).

Consideramos que esta abertura para uma organização sindical combativa ligada aos interesses da classe trabalhadora constitui um fato importante e representativo de posições ideológicas e políticas assumidas neste número do Jornal Pastoral. Acentuando essa posição segue reproduzida abaixo a resposta do sindicalista à questão formulada pelo jornal pastoral sobre “os impactos ambientais e sociais” “que ocorrem por conta da extração mineral” na região:

A atividade minerária como é feita hoje deixa um verdadeiro rastro de destruição. O crime da Samarco é, sem dúvida, o exemplo mais drástico, mas infelizmente não é um caso isolado. Basta ver as denúncias sobre os vazamentos de rejeito e resíduos de responsabilidade da Anglo American em Santo Antônio do Gramma-MG, e da Hydro Alunorte em Barcarena-PA. Em Congonhas, há alguns anos houve caso em que a CSN Mineração chegou a soterrar as nascentes que abasteciam uma comunidade inteira (bairro Pires) em decorrência de sua atividade de lavra e transporte de minério; ao final, a única medida de reparação efetiva foi a distribuição de água potável por parte da empresa para os atingidos. Essa é a mesma empresa que quer impor a elevação de uma de suas barragens de rejeito localizado há poucos metros do centro urbano da cidade. Além disso, temos que conviver com a poeira que toma conta da cidade em tempo seco e com a lama nas vias em tempo de chuva. Outro aspecto muito preocupante é a exploração do lençol freático para exploração e beneficiamento do minério que coloca em risco o abastecimento de populações inteiras em tempos de escassez. Sobre isso não temos qualquer forma de controle ou fiscalização eficiente (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 288, p. 4).

Ainda sobre este número do Jornal Pastoral, cabe destacar duas notícias sobre eventos religiosos da Arquidiocese articulados ao nosso tema de estudo.

Um deles é a “Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras”, que em 2018 encontrava em sua 28ª edição, evento apresentado como “a manifestação mais forte da Arquidiocese em solidariedade à luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade”, que tem como um dos seus objetivos favorecer a “tomada” “de consciência tanto da dignidade dos/as trabalhadores/as quanto das constantes violações de direitos no mundo do trabalho” (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 288, p. 4).

Outro importante evento noticiado nesta edição do Jornal Pastoral é a “Romaria das Águas e da terra”, “criada a partir do crime da Vale/BHP/Samarco com o rompimento da

barragem de Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues, município de Mariana em 5 de novembro de 2015 (é preciso sempre frisar a data para não esquecer)”. A Romaria “nasceu da proposta de lembrar e conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação do meio ambiente, com foco no rompimento da barragem de Fundão”, numa “iniciativa envolve as dioceses de Minas Gerais e Espírito Santo, em toda a extensão da Bacia do Rio Doce”, e que em 2018 trouxe como tema “Bacia do Rio Doce, Nossa Casa Comum”, e que trouxe como lema “Cuidando da Terra e Plantando Água, Com Justiça e Soberania Popular”.

Essas considerações são importantes para se dimensionar as articulações entre posições teológicas (Laudato Si) e formas organizativas e políticas da Arquidiocese de Mariana no território e no período aqui considerado. O que também se mostra nessas notícias na articulação das “Romarias” com movimentos sociais, como é o caso da articulação da Romaria das Águas com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e com a Caritas Regional Minas.

A edição seguinte do Jornal Pastoral, de número 289, traz notícias sobre a realização da “Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras”, o que ajuda a avançar no dimensionamento desse evento:

Congonhas recebeu, no dia 1º de maio, a 28ª Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras, que reuniu mais de 2000 pessoas nas ruas centrais da cidade, protestando contra a exploração do trabalho e a destruição do meio ambiente, inspirados no tema “Mineração para quem e para quem? Por uma economia à serviço da vida”. O coordenador da Dimensão Sociopolítica, padre Marcelo Moreira Santiago, comentou sobre os crimes ambientais de responsabilidade das mineradoras, como em Mariana, no rompimento da barragem de Fundão e, recentemente, nos dois vazamentos de minério de ferro em Santo Antônio do Gramma. “Assusta e indigna a todos nós a ganância das empresas mineradoras, em toda essa região do território da Arquidiocese de Mariana. Elas, ávidas do lucro, têm „olhos de cifrão“ – em tudo, veem o dinheiro e não a vida. Estão na contramão do sonho de Deus que, ao dar vida todas as coisas, viu que „tudo era bom, muito bom“ e confiou ao ser humano o cuidado com a casa comum, a mãe terra”, afirmou. Para a militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Raiana Pires, esses casos não são isolados, mas consequência do atual modelo de mineração. “Tratar esse debate com a toda a população se faz urgente e necessário porque tragédia como as que ocorreram foram pautadas numa dinâmica perversa, que coloca o lucro acima das pessoas. É importante cada vez mais refletir e unir a sociedade para reivindicar ações que pautam a soberania popular”, defende (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 289, p. 10).

Cabe destacar que esta edição do Jornal Pastoral noticia a troca de comando da Arquidiocese, quando Dom Geraldo Lyrio Rocha renúncia e é substituído por dom Arton, sendo feita referência à trajetória engajada Dom Geraldo em suas “atitudes para minimizar o

sofrimento daqueles que perderam tudo com a tragédia do rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015” (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 289, p.4).

O jornal noticia ainda a continuidade dos “Preparativos para 3ª Romaria das Águas e da Terra”, o que mostra as mais uma vez as conexões entre o periódico e a dimensão político-organizativa das atividades e eventos da Arquidiocese.

A edição de numero 292 do mês de agosto de 2018 traz uma noticia que convém destacar por trazer a atuação da arquidiocese em um evento que articula religiosidade (Festa de São Bento), cultura e realidade dos atingidos, como se lê na seguinte matéria:

Em meio às ruínas da igreja de São Bento, a comunidade de Bento Rodrigues celebrou a festa de seu padroeiro no dia 29 de julho. A missa, presidida pelo arcebispo de Mariana, Dom Airton José dos Santos, e concelebrada pelo padre Geraldo Barbosa, foi marcada pelo clima de fé, amor e resistência. No distrito destruído pela lama, a festa de São Bento ocorria todos os anos no último final de semana de julho. Para Simária Quintão, celebrar em Bento Rodrigues é uma grande vitória. “Não queremos que este lugar morra. Somos uma comunidade antiga e queremos manter as nossas tradições, as nossas festas aqui. Nós nascemos e fomos criados neste lugar. Celebrar a festa de São Bento aqui, com toda a comunidade, é uma grande vitória e São Bento vai nos dar força”, ressalta. Após a missa, os moradores seguiram em procissão pelas ruas de Bento Rodrigues, acompanhados pela Corporação Musical São Sebastião, de Passagem de Mariana. Uma bênção do Santíssimo Sacramento e o descendimento da bandeira de São Bento também fizeram parte dos festejos (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 289, p.11).

A edição seguinte do Jornal Pastoral, de numero 295, traz como tema principal “três anos de luta”, demarcando já em sua capa que “no dia 5 de novembro de 2015 uma barragem de rejeitos se rompeu no distrito de Bento Rodrigues. O mar de lama destruiu casas, ruas, rios, matou 19 pessoas e percorreu mais de 800 km, até chegar ao litoral do Espírito Santo. Três anos depois, as famílias atingidas ainda vivem as marcas da lama, da luta e da dor” (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 295, p.1).

O editorial desta edição, intitulado “Vozes que não se calam”, é importante para dimensionar o teor do tratamento dado ao fenômeno do rompimento da Barragem de fundão, e das suas consequências:

Neste mês de novembro completam-se três anos do rompimento da barragem de Fundão, considerado por muitos o maior crime socioambiental do Brasil. Foram 20 pessoas mortas (incluindo a criança que foi abortada, não noticiada pela imprensa), dois distritos de Mariana devastados pela lama (Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues), outros que foram parcialmente destruídos, como Gesteira, município de Barra Longa, que também foi atingida. São mais de 800km de destruição que a enxur- rada de lama deixou ao longo da Bacia do

Rio Doce até chegar ao litoral do Espírito Santo. As mineradoras Samarco, Vale e BHP Billinton são as responsáveis pela tragédia, que de forma estratégica, delegaram as responsabilidades de reparação, indenização e compensação dos atingidos para a Fundação Renova. Desde o rompimento da barragem, o processo de garantir o direito dos atingidos é lento e burocrático. O poder econômico, causa primeira dessa tragédia anunciada, continua se sobrepondo à vida das pessoas que viram suas histórias se desfazendo em meio ao mar de lama. As mineradoras não respeitam e não respondem à dignidade das pessoas atingidas. É verdade que alguns passos foram dados desde o ano passado: a licença ambiental e implantação do canteiro de obras de Bento Rodrigues, a aquisição dos terrenos e aprovação do desenho para o reassentamento da comunidade de Paracatu de baixo. Mas ainda é muito pouco em vista do muito que precisa ser feito. As famílias atingidas tentam tocar a vida em frente. Alguns buscam a normalidade na cidade, tentando esquecer o que aconteceu naquele fatídico 5 de novembro. Outros fazem questão de guardar vivo na memória o ocorrido, para contar às gerações futuras o que a ganância pelo dinheiro é capaz de fazer. Outros ainda alimentam a esperança de todos seus direitos garantidos, por isso persistem na resistência, na luta, nos grupos organizados, reivindicando o respeito à dignidade dos atingidos e o cumprimento da justiça. O que, na verdade todos sonham e esperam é simplesmente ter de volta “... um lugar de mato verde, pra plantar e pra colher; ter uma casinha branca com varanda, um quintal e uma janela, só pra ver o sol nascer” (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 295, p.1).

Na sua matéria principal abordando o rompimento da Barragem de Fundão suas consequências, intitulada “Marcas de Lama e Luta”, o jornal traz alguns relatos fortes de atingidos e também de movimentos sociais, como se lê nos seguintes depoimentos:

“Era um dia normal. Eu saí de casa para trabalhar, às 4h30, e nunca mais voltei para minha casa. Eu perdi tudo. Não sobrou nada de onde eu morava”, conta o motorista Cristiano Sales, de 36 anos, atingido de Bento Rodrigues. Cristiano morava com seus pais no distrito de Mariana (MG) que foi completamente destruído, no dia 5 de novembro de 2015, com o rompimento da barragem de Fundão. “Nunca passou pela minha cabeça abandonar a minha casa. Nossa vida mudou muito nesses três anos. São muitas audiências e negociações, o que é muito desgastante para todos nós”, acrescenta Cristiano. (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 295, p.4).

“Ser atingido não é fácil. Ser atingido é perder a dignidade. É ser chamado de aproveitador. É perder o que você construiu com amor. É perder o projeto de vida, o sonho. Hoje, eu tomo três antidepressivos, estou diabético, tomo remédio para pressão. Eu era uma pessoa saudável, ativa, trabalhadora. Hoje, eu sofro um empobrecimento forçado a cada dia que passa”, relata o morador de Paracatu de Cima, Marino D’Angelo Junior. (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 295, p.4).

Segundo a militante do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Leticia Oliveira, a atuação da empresa neste tempo é muito lenta, ineficiente e injusta. “Três anos depois, só uma casa foi construída, alguns atingidos ainda não foram reconhecidos, indenizações ainda não foram realizadas. Em relação ao meio ambiente quase nada foi feito. Para nós, as ações até o momento são

lentas, injustas e só provocam mais brigas entre os atingidos”, disse. . (Jornal Pastoral Ano XXVI, número 295, p.4).

Avançando para o ano de 2019, registramos a presença da temática investigada no presente TCC em 06 edições do Jornal Pastoral, num total de 14 matérias. Como podemos ver no quadro 7:

Quadro 7 - Frequência e enunciados de abordagem da temática da mineração nas edições do Jornal Pastoral - 2019

DATA	ANO/NÚMERO	TEMÁTICA PRINCIPAL	ABORDA MINERAÇÃO?	ENUNCIADO DA NOTÍCIA/ tipo da Notícia
Janeiro de 2019	Ano XXVII Nº 297	Juventude em Destaque	Sim	-IV Romaria das Águas e da Terra será realizada em Itabira
Fevereiro de 2019	Ano XXIX Nº 298	Participação e políticas públicas	Sim	-Dom Airton José dos Santos Arcebispo Metropolitano de Mariana -Nota de solidariedade aos Atingidos pela barragem de Brumadinho(Notícia) -Igreja se solidariza com atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho (Notícia) -O Crime se Repete (Notícia)
Março de 2019	Ano XXIX Nº 299	Depois de três anos, outra tragédia	Sim	-As barragens e seus crimes (Editorial) Fé e Vida: Rumo ao 7º Fórum Social (Entrevista) -Um estado marcado pela insegurança (Notícia) -Mineração, Barragem (Notícia) -Papa recebe colete usado por voluntários em Brumadinho (Notícia)
Abril de 2019	Ano XXIX Nº 300	Saúde do Clero	Sim	-Barragens na arquidiocese (Notícia) -Padres da arquidiocese debatem sobre a realidade das barragens (Notícia)
Maio de 2019	Ano XXIX Nº 301	A Palavra a Os Jovens	Não	
Junho de 2019	Ano XXIX Nº 302	Igreja em Unidade	Sim	-4ª Romaria das Águas e da Terra reúne mais de cinco mil em Itabira (Notícia)
Julho de 2019	Ano XXIX Nº 303	Iniciativas de Esperança	Não*	

Elaboração Própria. Fonte: Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana.

Outubro de 2019	Ano XXIX Nº 306	Batizados e enviados	Sim	-Fórum de esperanças e compromissos Província de Mariana estuda os impactos da mineração (Notícia)
Novembro de 2019	Ano XXIX Nº 307	Fé e gratidão a Deus	Sim	-Quatro anos de atrasos e luta (Notícia)
Dezembro de 2019	Ano XXIX Nº 308	Avaliar é preciso!	Não	

Ao iniciar a análise das edições e matérias do JP do ano de 2019, convém chamar a atenção e fazer um breve comentário sobre a mudança na direção do episcopado em meados de 2018, já referida linhas acima. Nesse sentido cabe indagar se e em que medida esta mudança trouxe repercussões sobre as linhas teológicas orientadoras da atuação da Arquidiocese de Mariana. Alguns elementos aproximativos dessas tendências, talvez, possam ser levantados partir de reflexões e posições como aquelas que se encontram nas palavras de abertura da edição de janeiro do JP, escritas pelo novo Arcebispo da

Arquidiocese, no comunicado “A Paz Para Os Nossos Dias”, onde se lê:

“na sociedade humana, a atividade política, pode ser um instrumento para a construção da paz social que, de modo, inequívoco pode inspirar e ajudar os cidadãos a serem instrumentos de paz para o bem pessoal, comunitário e social” (Jornal Pastoral Ano XXVII, número 297, p.2).

Nesse espírito, pode-se indagar se as orientações teológicas predominantes no episcopado anterior, atentas às orientações e encíclicas que ganham campo desde o pontificado de Francisco, são articuladas com orientações teológicas distintas, como aquelas predominantes no pontificado de Bento XVI. Indagação que pode ser pensada, por exemplo, a partir das seguintes palavras:

na sociedade humana, a atividade política, pode ser um instrumento para a construção da paz social que, de modo, inequívoco pode inspirar e ajudar os cidadãos a serem instrumentos de paz para o bem pessoal, comunitário e social. Ocorre que, quando a atividade políticase reveste de ideologias contrárias aos princípios morais, éticos e àqueles relativos ao bem comum, ela se transforma em defesa de interesses pessoais ou de grupos em detrimento das necessidades dos cidadãos, especialmente dos mais pobres e desvalidos. O Papa Francisco nos conclama a promover a “boa política” para o bem de todos. Na mensagem do Santo Padre para este ano de 2019, ele nos lembra o que já dizia o Papa Emérito, Bento XVI: «todo o cristão é chamado a esta caridade, conforme a sua vocação e segundo as possibilidades que tem de incidência na pólis. [...] Quando o empenho pelo bem comum é animado pela caridade, tem uma valência superior à do empenho simplesmente secular e político. [...] A ação do homem sobre a terra, quando é inspirada e sustentada pela caridade,

contribui para a edificação daquela cidade universal de Deus que é a meta para onde caminha a história da família humana» (Carta enc. Caritas in veritate (29/V/2009), 7.) (Jornal Pastoral Ano XXVII, número 297, p.2).

A notícia diretamente relacionada ao nosso tema de pesquisa, identificada nesta edição, traz informações sobre a “IV Romaria das Águas e da Terra”, programada para ser “realizada em Itabira”, onde se lê:

A IV Romaria das Águas e da Terra, que envolve as dioceses de Minas Gerais e Espírito Santo em toda a extensão da Bacia do Rio Doce, será realizada na cidade de Itabira (MG), no dia 2 de junho. “Bacia do Rio Doce, nossa Casa Comum” será o tema e “Vão se os bens da criação, ficam miséria e destruição. E agora, José?” o lema da próxima edição. (Jornal Pastoral Ano XXVII, número 297, p.11).

Ao avançar para análise da próxima edição do JP é preciso registrar e destacar a ocorrência do Rompimento da Barragem do Córrego de Feijão, da Mineradora Vale, no Município de Brumadinho/MG, território que corresponde ao episcopado da Arquidiocese de Belo Horizonte. A edição de fevereiro do JP, assim como as edições seguintes refletem e se posicionam diante desse rompimento, das suas razões e das suas consequências. Nesse sentido pode se considerar que a realidade impõe-se drasticamente ante as possíveis oscilações e mudanças de direção de linhas teológicas acima referidas.

Para uma aproximação a posição do JP diante do rompimento da Barragem do Córrego de Feijão, segue reproduzido trecho da “Nota de Solidariedade Aos Atingidos Pela Barragem de Brumadinho”, no qual se lê:

Vivemos esse mesmo drama de dor, desolação e indignação há três anos, em Mariana, com o rompimento da barragem de Fundão, das mineradoras Vale/BHP Billiton/Samarco, em 5 de novembro de 2015. Lamentamos profundamente que o maior crime socioambiental do país, ocorrido em Mariana, não tenha sido suficiente para evitar a repetição de cenas a que, atônitos, o Brasil e o mundo assistem novamente, destavez, vindas de Brumadinho. A vida e a dignidade humana não têm preço. É pecado que clama aos céus negligenciá-las sob qualquer pretexto e, mais ainda, submetê-las aos ditames de um sistema que as sacrifica em favor do lucro. Apelamos às autoridades competentes que não se furtem de sua responsabilidade de rever a atividade mineradora no País, marcadamente predatória e inconsequente com a vida humana. A dor e o sofrimento dos atingidos pela barragem de Brumadinho exigem que a justiça se faça de forma rápida e inequívoca. Para tanto, esperam-se das autoridades competentes ações que não deixem dúvida de que estejam do lado dos atingidos. Que as causas dessa tragédia sejam apuradas e os responsáveis exemplarmente punidos, mas que, acima de tudo, se tomem medidas que assegurem o fim de novas tragédias como as de Mariana e Brumadinho. A fé seja nossa força para que, unidos às famílias e comunidades atingidas por essa

catástrofe, trilhemos o caminho da justiça. (Jornal Pastoral Ano XXIX, número 298, p.2).

Das referências feitas ao rompimento da Barragem do Córrego do Feijão neste número do JP convém citar ainda trecho da sessão “Visão Pastoral”, assinada pelo Pe. Geraldo Martins intitulada “O crime se Repete”, na qual se lê:

Antes da tragédia-crime em Mariana, quase não se falava de barragens. Esse assunto ficava restrito a ambientalistas, especialistas e movimentos que, há tempos, questionam a mineração no país como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Opondo-se a esta mineração predatória vigente no Brasil, que coloca o lucro acima da vida e da natureza, esses grupos sempre foram alvo de ataque das mineradoras e dos que defendem, a todo custo, a mineração em nome do desenvolvimento econômico. O rompimento das duas barragens, com consequências tão trágicas e de alcance incalculável, faz aumentar as vozes dos que se colocam contra essa mineração que desrespeita a vida e a dignidade humana e destrói nossa Casa Comum. Impossível dizer, no entanto, se isso trará alguma mudança nessa prática condenável da atividade mineradora. Para além da responsabilidade das mineradoras proprietárias das barragens que se romperam, é preciso questionar também a responsabilidade do Estado nesses crimes. Afinal, a quem compete liberar a construção ou alteamento das barragens, bem como sua permanente fiscalização? Da mesma forma, os parlamentares devem explicação à sociedade, especialmente, às vítimas das barragens, na medida em que aprovaram leis para atender os interesses das mineradoras em detrimento aos direitos da população. A comoção provocada pelo crime da Vale, em Brumadinho, capitaneada pela imprensa, faz emergirem inúmeros atores que, indignados e revoltados, manifestam solidariedade aos atingidos, condenam os atuais métodos de mineração, cobram respostas rápidas e eficientes, exigem punição dos culpados. Foi assim em Mariana, depois de 5 de novembro de 2015. No entanto, passados três anos, os atingidos de Mariana contam com as próprias forças e poucos grupos que, de fato, permaneceram ao seu lado, lutando contra as férreas estruturas do poder político e econômico, verdadeiro obstáculo à justiça. Isso também se repetirá em Brumadinho? (Jornal Pastoral Ano XXIX, número 298, p.2).

A edição de março de 2019 continua repercutindo o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão e suas consequências. Já a sua capa traz estampada em destaque a mensagem “Depois de Três Anos Outra Tragédia”, e em seu editorial o chamado “As Barragens e seus Crimes”, no qual se lê:

Bento Rodrigues (Mariana), no dia 5 de novembro de 2015, dizia-se: “Mariana nunca mais”. Mas, o que se deveria dizer é: “Barragem assassina nunca mais”. A extensão da destruição foi para além dos cálculos de 19 mortos, uma comunidade inteira destruída pela lama de rejeitos da barragem do Fundão da Samarco/Vale e da BHP Billiton Mineradora e o Vale do Rio Doce arrasado. Muito se fará para que a justiça culpabilize os responsáveis pelo que ocorreu sobrevida humana e ambiental nessa tragédia socioambiental. Pouco mais de 3 anos, no dia 25 de janeiro de 2019, outro crime assolou Minas Gerais e o país com sofrimento imensurável às mais de 300 pessoas com rastro de

destruição. O mundo inteiro conheceu o que foi mais uma tragédia, desastre e crime. Assim como esse, todo crime deve ser apurado e denunciado e os criminosos devem pagar pelos seus atos. A vida humana não tem preço e não se pode aniquilar a ética e a justiça. [...] Pergunta-se: barragem e mineração para quê e para quem? Quem se enriquece ou sofre com estes projetos predatórios e excludentes? O Papa Francisco, na Encíclica *Laudato Si*, afirma o valor da Ecologia, o respeito e amor à natureza e à criação. Mas isso se deve expressar em gestos concretos em favor da vida. Barragens assassinas e assustadoras, de forma alguma, deveriam ter sido aprovadas. A vida está em jogo e o modelo econômico coloca em cheque a vida. (Jornal Pastoral Ano XXIX, número 299, p.2).

As demais matérias desta edição que tratam da mineração e do rompimento de Barragens, citadas no quadro 07 acompanham o espírito das palavras acima reproduzidas do editorial deste número do JP, quando se faz, por exemplo, uma análise mais detida das dimensões técnica, qualitativa, dos tipos e da quantidade de barragens no território de Minas Gerais, e se reivindicam mudanças na legislação e nas políticas públicas. Ao mesmo tempo essa realidade é tratada a partir de referências teológicas como a Encíclica *Laudato Si* em matérias como a intitulada “A preocupação com a Casa Comum”.

Na edição do mês de Abril do JP novamente encontramos matérias tratando a temática da mineração e do rompimento de barragens, uma delas intitulada “Barragens na Arquidiocese”, na qual se lê:

A situação das barragens localizadas no território da arquidiocese foi pauta de uma reunião entre os padres no Encontro. Durante a conversa, o grupo apresentou as realidades das cidades e suas preocupações. Um mapa de risco sobre o número de barragens em Minas Gerais foi apresentado e o padre Antônio Claret ressaltou a importância dessa articulação em favor das comunidades atingidas. O pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, em Passagem de Mariana, padre Geraldo Martins, pontuou que a questão das barragens toca de perto a realidade da arquidiocese. “O levantamento do jornal *O Tempo*, do dia 28 de janeiro, traz que 13 municípios no território da arquidiocese tem barragens, sendo um total de 134 barragens. Diante dessa realidade, a Igreja não pode ficar indiferente, sobretudo, considerando as inseguranças e incertezas das barragens. Por isso, um grupo de padres teve a ideia de reunir todos os padres desses municípios para juntos conversarmos e socializarmos sobre essa realidade”, disse. Para dar continuidade ao debate e a reflexão, os padres agendaram outras reuniões. A proposta é avaliar a situação e ver as possibilidades de organização da caminhada em defesa das comunidades. (Jornal Pastoral Ano XXIX, número 300, p.5).

Já a edição de junho de 2019 do JP noticia que a “4ª Romaria das Águas e da Terra reúnem mais de cinco mil em Itabira”, onde:

Os romeiros se concentraram no estacionamento do Valério e de lá seguiram em caminhada até a portaria da Vale, no complexo da mina Cauê. Na porta da mineradora, cruzes com os nomes das vítimas da tragédia em Bento Rodrigues foram colocadas. O ato lembrou a dor de todos os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015, e também fez memória a tragédia de Brumadinho. Além da caminhada, houve uma missa na praça José Máximo Rezende. [...] Com o tema “Bacia do Rio Doce, nossa casa comum” e lema “Vão-se os bens da Criação, ficam miséria e destruição!”, a Romaria foi organizada pela Comissão de Meio Ambiente da Província Eclesiástica de Mariana e reuniu mais de 5 mil pessoas. Segundo o integrante da Comissão de Meio Ambiente da arquidiocese de Mariana, Welton Pimentel (Leleco), a romaria superou a expectativa de participantes. "Tivemos presença forte dos indígenas, dos ribeirinhos, dos pescadores e de todos que compõem a vida dos mais pobre às margens do rio doce", revela. A comunidade de Barão de Cocais também esteve presente, além de uma comitiva dos atingidos de Brumadinho e do bispo auxiliar de Belo Horizonte, Dom Vicente de Paula Ferreira. (Jornal Pastoral Ano XXIX, número 302, p.8).

Outra edição do JP que faz referência direta à temática da mineração é a edição número 306 de outubro de 2019 na qual se encontra uma matéria sobre o “7º Fórum Social pela Vida realizado pela Arquidiocese de Mariana em Barão de Cocais nos dias 26 a 29 de setembro”, que “reuniu cerca de 400 pessoas”, tendo por tema “A Terra clama por Justiça e os Pobres por direitos”. A matéria traz um balanço do Fórum, feito pelo bispo auxiliar de Belo Horizonte Dom Vicente de Paula Ferreira, nos seguintes termos:

Tantas pessoas que lutam por um mundo mais justo à luz do evangelho, sobretudo diante desses impactos contra a vida, como o crime em Brumadinho, com tantas vidas destruídas. Temos que nos unir. Temos que ser solidários e dar as mãos às comunidades que já tem uma luta grande. O Fórum é pra isso. Para fortalecer a nossa fé e a nossa luta (Jornal Pastoral Ano XXIX, número 306, p.10).

Finalizando a análise das edições de 2019 do JP que tratam a temática mineração temos a matéria intitulada “Quatro anos de atraso e Luta”, aberta com as palavras do atingido de Bento Rodrigues Manoel Marcos Diniz:

Quatro anos de atraso de vida. Quatros anos parados. Quatro anos perdidos. Hoje, a nossa vida gira em torno do rompimento da barragem de Fundão. Se a barragem não tivesse rompido eu não estaria fazendo as coisas que eu faço hoje. Eu estaria quieto na minha casa, cuidado das minhas coisas (Jornal Pastoral Ano XXIX, número 307, p.10).

A matéria explicita as dificuldades dos atingidos em ter restituídas suas condições de vida anteriores ao rompimento da Barragem de Fundão, o descaso de empresas e do Estado diante da situação dramática, como se lê no seguinte trecho:

Quatro anos depois, a dor da perda e a luta pela garantia de direitos é algo constante na vida dessas pessoas. „O cansaço e o desânimo diante de tanto tempo sem respostas concretas é um grande desafio enfrentado pelos atingidos“, explica o coordenador da assessoria técnica da Cáritas Regional, Gladston Figueiredo. “Muita coisa ainda não avançou. Está iniciando a fase das indenizações, um processo que tem sido muito complicado e que as empresas não têm respeitado os direitos dos atingidos, têm apresentado propostas de indenizações pífias e que vão demandar que os atingidos judicializem para receber uma indenização justa, o que prevê uma longa batalha pela frente”, ressalta Gladston. (Jornal Pastoral Ano XXIX, número 307, p.10).

Avançado para o ano de 2020, registramos a presença temática investigada no presente estudo em 03 edições do Jornal da Pastoral, num Total de 05 matérias, o que indica uma tendência de diminuição de abordagem da temática. Como podemos ver no quadro 8:

Quadro 8 – Frequência e enunciados de abordagem da temática da mineração nas edições do Jornal da Pastoral - 2020

DATA	ANO/NÚMERO	TEMÁTICA PRINCIPAL	ABORDA MINERAÇÃO?	ENUNCIADO DA NOTÍCIA/ tipo da Notícia
Janeiro de 2020	Ano XXIX • N° 309•	2020 : Ano da família	Não	
Fevereiro de 2020	Ano XXIX • N° 310•	Vida: Dom e Compromisso	Não	
Março de 2020	Ano XXIX • N° 311•	As mulheres de Mariana	Não	
Abril de 2020	Ano XXIX • N° 312•	Uma nova Rotina	Sim	-Impactos da Mineração são debatidos em Assembleia Popular Teixeira
Maio de 2020	Ano XXIX • N° 313•	Solidariedade em meio à pandemia	Não	
Junho/Julho de 2020	Ano XXIX • N° 314•	A Casa Comum	SIM	-Laudato si: olhar para o futuro. (Editorial) -Tudo está interligado (Notícia) -Laudato Si é tema de debate no Seminário Sociedade do Bem Viver (Notícia)
Agosto /Setembro de 2020	Ano XXIX • N° 315•	Catequese e Pandemia	Não	
Outubro/Novembro de 2020	Ano XXIX • N° 316•	Uma nova rotina	Sim	-Os cinco anos de luta das famílias atingidas foram lembrados em missa (Notícia)
Dezembro de 2020 / Janeiro de 2021	Ano XXXI • N° 316 •	O cuidado com a vida ameaçada	Não	

Elaboração Própria. Fonte: Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana.

Observando o quadro referente ao ano de 2020, cabe destacar que a primeira edição que faz referência a temática da mineração neste ano é a do mês de abril de 2020, numa abordagem em que “os impactos da mineração são debatidos em Assembleia Popular em Teixeira”, numa demonstração da relevância de uma temática que se faz presente na realidade de vários municípios que compõem o território da arquidiocese. Como pode ser visto na II assembleia popular que ocorreu na zona da mata, em Teixeira:

Os impactos da mineração na Zona da Mata foram debatidos na II Assembleia Popular realizada no dia 7 de março, no ginásio da cidade de Teixeira (MG). O encontro foi organizado Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), juntamente com lideranças da comunidade e o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Mineração (NACAB). O coordenador arquidiocesano da Dimensão Sociopolítica, padre Geraldo Martins, e o pároco de Teixeira, padre Francisco Maria de Castro Moreira, participaram das reflexões. A assembleia foi iniciada por uma mesa de debate, que foi composta por padre Geraldo, o assessor jurídico do NACAB, José Ignácio Esperança Fonseca, a coordenadora do Laboratório de Estudos Territoriais junto ao departamento de Geografia da UFV, Marilda Teles Maracci, do representante do MAM, Jean Carlos Martins Silva, E dos representantes da comunidade, Rita de Cássia Dias e Gilmar Fialho de Freitas. Após as falas da mesa, os participantes da assembleia tiveram a oportunidade de participar da fila do povo (Jornal Pastoral Ano XXX, número 312, p. 11).



Foto reproduzida do Jornal Pastoral Ano XXX, número 312, p. 11. (Assembleia Popular Regional Sobre os Impactos da Mineração).

A próxima edição do JP do ano de 2020 que traz diretamente a temática da mineração é dos meses de junho/julho, edição que traz na sua capa e chamado principal o título “A Casa Comum”, em referência aos cinco anos da Encíclica Laudato Si do Papa Francisco, encíclica que “fala sobre o cuidado com a Casa Comum, aborda sobre a Ecologia Integral, o ser humano como guardião da Criação e a conversão ecológica” (Jornal Pastoral Ano XXX, número 314, p.1).

Embora não faça referência direta ao termo “mineração”, o editorial deste número do JP é bastante importante por apontar conexões orgânicas entre linha teológica e realidade social, trazendo à tona preocupações com temáticas como Pandemia da COVID-19, preservação do Meio Ambiente, e proteção dos povos indígenas, como se lê no seguinte trecho:

Fez, no dia 24 de maio, cinco anos da publicação da Encíclica Laudato Si. O Papa Francisco recorda o grito da terra e dos pobres. “Convido todas as pessoas de boa vontade a aderirem para cuidar da nossa casa comum e dos irmãos e irmãs mais frágeis”. Chama-nos a atenção o pontífice em dois aspectos: primeiro a casa comum, nome sugestivo para o habitat da humanidade. Cuidar significa responsabilizar-se e tornar parte. O mundo padece por falta de cuidados sobre os bens da criação. Somos seres interligados e interdependentes. A pandemia da COVID-19, por exemplo, alastra e dissemina a contaminação letal e perigosa. Também o mundo fraterno e sustentável exige o olhar para a parcela maior da população: pobres, excluídos e marginalizados. Para certos mandatários, a floresta boa é a floresta morta. Haja vista que a área devastada da Amazônia saltou 29,5% em 2019, chegando a 9.762km², um recorde na década e a destruição em alta avança. Compromete-se o ecossistema pela emissão de carbono (gases do efeito estufa que alimentam o aquecimento global). A falta de sacralização e a flexibilização das normas ambientais aceleram a destruição da vida. (Jornal Pastoral Ano XXX, número 314, p.2).

Uma conexão direta entre a linha teológica da Laudato Si e a realidade da mineração extrativista pode ser localizada na matéria da sessão “Comunhão e Participação”, intitulada “Tudo esta Interligado”, em que o Bispo auxiliar de Belo Horizonte e membro da Comissão Especial sobre Mineração e Ecologia Integral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Dom Vicente de Paula Ferreira reflete:

“Ficamos felizes com a criação e fortalecimento de várias organizações como a Comissão Especial pela Ecologia e Mineração da CNBB, recém-criada, e vários outros grupos nacionais e internacionais que acolheram as propostas desse importante documento para nossa Igreja e Sociedade. São ganhos que devemos celebrar. No entanto, tivemos, nesses últimos 5 anos, crimes socioambientais como os de Bento Rodrigues, em Mariana, e da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, ambos de responsabilidade da mineradora Vale. Também vimos, ano passado, no Brasil, as terríveis queimadas na Amazônia e, nesse ano, o aumento absurdo de desmatamento da mesma. Trata-se de uma luta entre um modelo neoliberalista que coloca o lucro acima da vida e aqueles que acreditam numa outra forma de vida, mais humana, solidária, numa cultura do bem viver”. (Jornal Pastoral Ano XXX, número 314, p.4).

A outra matéria que faz referência à temática da mineração traz a relação da Laudato Si com questões mais próximas da realidade do território e da Arquidiocese, tratadas no “Seminário Sociedade do Bem Viver”.

As principais ações e reflexões do Fórum Permanente da Bacia do Rio Doce e da Comissão do Meio Ambiente da Província Eclesiástica, e a importância da organização da Dimensão Sociopolítica nas Regiões também foram apresentadas no Seminário pelo assessor da Pastoral Carcerária, padre Marcelo Santiago (Jornal Pastoral Ano XXX, número 314, p.11).

A última edição do JP do ano de 2020 que trata da temática da mineração é dos meses de outubro e novembro, e traz uma matéria intitulada: “Os cinco anos de luta das famílias atingidas foram lembrados em missa”. Esta matéria é interessante por articular um dos eventos religiosos mais marcantes do catolicismo com as questões da realidade concreta e terrena das comunidades atingidas:

“Estamos aqui reunidos para lembra-los e não deixar para trás o que aconteceu”, ressaltou o arcebispo de Mariana, Dom Airton José dos Santos, na celebração em memória aos cinco anos do rompimento da barragem de Fundão, no dia 5 de novembro. A missa foi celebrada no Santuário de Nossa Senhora do Carmo e contou com a presença dos padres de Mariana, do governador Romeu Zema, do prefeito de Mariana, Duarte Júnior, e das famílias atingidas. “Estamos reunidos para lembrar do evento que há cinco anos marcou a vida de muita gente, e continua a marcar. Não podemos deixar esse fato na história. Estamos aqui para lembrar tudo o que foi vivido e colocar nas mãos de Deus aquilo que somos, temos e vivemos, para ganharmos força, força para continuarmos na luta diária”, acrescentou Dom Airton. No final da celebração, a representante dos atingidos, Rosilene Gonçalves da Silva, relatou sobre a dor vivida pelas famílias nesses cinco anos. “Hoje completa cinco anos de Dor. Dor que transpassa o nosso coração. Estamos morrendo aos poucos, com uma dor sem igual. Mas vamos renascer”, disse (Jornal Pastoral Ano XXX, número 316, p.11).

Avançando para o ano de 2021, registramos a presença da temática investigada no presente estudo em 03 edições do Jornal Pastoral, num total de 03 matérias, todas elas últimos meses do ano, numa redução ainda mais acentuada de abordagens da matéria. Como podemos ver no quadro 9:

Quadro 9 - Frequência e enunciados de abordagem da temática da mineração nas edições do Jornal da Pastoral - 2021

DATA	ANO/NÚMERO	TEMÁTICA PRINCIPAL	ABORDA MINERAÇÃO?	ENUNCIADO DA NOTÍCIA/ tipo da Notícia
Fevereiro/Março de 2021	Ano XXXII • N° 317 •	Diálogo comprometido com a paz	Não	

Abril/Maio de 2021	Ano XXXII • N° 317 •	115 anos de elevação à Arquidiocese	Não	
Junho de 2021	Ano XXXII • N° 317 •	"Fazei de nosso coração Semelhante ao Vosso"	Não	
Julho/agosto de 2021	Ano XXXII • N° 318 •	Toda vida Importa!	Não	
Setembro	Ano XXXII • N° 319 •	São Vicente: exemplo de amor aos pobres	SIM	-Dimensão Sociopolítica, o Evangelho que se faz vida (Notícia)
Outubro de 2021	Ano XXXII • N° 320 •	Jesus Cristo é missão	Sim	-São José da Barra Longa: 280 anos de fé e Resistência (notícia)
Novembro/Dezembro de 2021	Ano XXXII • N° 321 •	Expressão de FÉ E ESPERANÇA	Sim	-05 de novembro de 2015: uma data para não se esquecer (Notícia)

Elaboração Própria. Fonte: Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana.

A primeira das três matérias destacadas no quadro acima não trata diretamente da temática da mineração, embora traga conexões importantes entre orientações e linhas teológicas que vêm desde o Concílio Vaticano II, o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) da CNBB e suas linhas pastorais, que “traduziam a atuação da Igreja junto às estruturas sociopolíticas da sociedade, colocando-a em diálogo com os Movimentos Sociais e Populares e outros grupos que também sonhavam com uma sociedade justa e fraterna” (Jornal Pastoral Ano XXXII, número 319, p.06). Nessa perspectiva, “a Dimensão Sociopolítica tem como objetivos: cuidar das pastorais sociais; apoiar os movimentos populares; fomentar o compromisso com a causa dos excluídos e empobrecidos; levar os cristãos a ligarem a fé com a vida” (Jornal Pastoral Ano XXXII, número 319, p.06).

A segunda matéria traz as relações entre fé, lutas e resistência no município de Barra Longa, o segundo município a ser atingido com o rompimento da Barragem de Fundão. No tópico da matéria intitulado “Resistencia à lama”, lemos:

“Nossa paróquia se identifica com seu padroeiro: pela profunda fé, pela vontade de amar e cuidar, [mas] também pelas tantas vezes fomos desalojados e surpreendidos por notícias e situações que nos deslocam. Há quase seis anos aconteceu o rompimento da barragem de Fundão. De todo o percurso que a lama percorreu, aqui foi o município territorialmente mais atingido, pois desde a área rural até o núcleo urbano que foi invadido”, relata padre Thiago. Assim como as demais e cidades atingidas, desde 05 de novembro de 2015, Barra Longa teve a sua história modificada e modos de viver afetados devido ao rompimento da barragem em Mariana (MG). “A princípio, não nos assustamos, pois não tínhamos a menor noção de que estávamos abaixo da barragem de Fundão”, conta a moradora Liliane Alves

Ferreira. Naquele momento, foram muitas as incertezas e desinformações que causaram ainda mais angústias em todos. “[Entretanto], o improvável aconteceu. Na madrugada do referido dia, a lama invadiu quintais, comércios, praças e casas, destruindo muros, trazendo muito pavor e destruição, arrastando carros, caminhões, tanques de leite, árvores, tubulações e tudo o que encontrava pela frente”, recorda a moradora. Próximo a completar seis anos, Liliane pontua que ainda hoje a população sofre com as consequências da tragédia e o descaso por parte das empresas responsáveis. “Como José, o povo teve que colocar suas botas para salvar suas vidas. Como ele, teve que sair de suas casas e ir sair para preservar a vida. Infelizmente, até hoje a situação continua desafiadora”, destaca o atual pároco da cidade. De acordo com ele, no distrito de Gesteira, a Capela de Nossa Senhora da Conceição foi completamente atingida e muitas das imagens presentes no templo foram encontradas em trilhas por motociclistas. Até hoje, quem passa próximo à construção, observa as marcas deixadas pela lama nas paredes do templo histórico. (Jornal Pastoral Ano XXII, número 320, p. 8).

Destacamos ainda a alusão que o pároco faz aos atingidos de Barra longa com a iconografia de São Jose de Botas, ao denunciar que os moradores do distrito também tiveram que calçar botas para fugir de suas residências e sobreviver ao mar de lamas que veio a invadir a cidade, destruindo seu patrimônio histórico, assim como ocorreu no distrito de Gesteira e também com os impactos sobre o modo de vida dos ribeirinhos destete município.



Foto reproduzida do Jornal Pastoral Ano XXXII, número 320, p. 8. (Iconografia da imagem de São Jose de Botas Arquivo pessoal Pe. Thiago Jose Gomes).

Embora neste ano de 2021 tenham sido publicadas poucas matérias abordando a temática mineração, é importante destacar uma matéria que foi publicada na edição de novembro/dezembro, matéria que traz como título “05 de novembro de 2015: uma data para não se esquecer”, título que é seguido pelos versos: “A lama sem alma / Que a água do rio secou / Derrama e exala / Um cheiro tão forte de dor / Essa tragédia / Não tem nada de acidente / Foi descaso dessa gente / Que tem sede de poder”. A matéria é iniciada com as seguintes palavras fortes:

Ao som dos versos de Edu Krieger e lembrando das 19 vítimas fatais causadas pela barragem de Fundão, teve início em 05 de novembro, às 16h, na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues (MG), a Santa Missa em memória aos seis anos da maior tragédia socioambiental do Brasil. Nessa mesma data e horário, em 2015, rompia-se a barragem de Fundão, pertencente às empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, matando 19 pessoas, despejando 43,8 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério no Rio Gualaxo do Norte, em Mariana (MG), atingindo toda a Bacia do Rio Doce até a sua foz, no mar de Regência, no Espírito Santo, e causando diversos danos sociais e ambientais.

A missa foi presidida pelo Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Mariana, Dom Airton Jose dos Santos, e concelebrada pelos padres diocesanos Marianense Marcelo Moreira Santiago e Luiz Roberto de Souza, e também por C.Ss.R, o Bispo Eleito da Diocese de Colatina (ES), Monsenhor Lauro Sérgio Versiani Barbosa, e ainda por Dom Vicente de Paula Ferreira, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte(MG), responsável pastoralmente pela região onde se localiza o município de Brumadinho; ele que também é membro da Comissão Episcopal Especial para a Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



Foto reproduzida do Jornal Pastoral Ano XXXII, número 321, p. 8. (Missa na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues (MG) em memória aos seis anos da maior tragédia socioambiental do Brasil.).

Para registrar e demarcar a posição do arcebispo de Mariana na referida missa, e para novamente colocar a questão da orientação teológica da Arquidiocese e seus desdobramentos ideológico-políticos reproduzimos abaixo a notícia das suas reflexões sobre a maior tragédia socioambiental do Brasil:

/.../ durante a homilia, Dom Airton enfatizou sobre a reincidência do desastre, lembrando do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Além disso, ele comentou sobre os riscos de novos rompimentos em Minas Gerais. “Nós precisamos ter consciência de que precisamos fazer a diferença, não podemos desanimar, não. Não podemos deixar as coisas correrem como a lama. Temos que ficar atentos”, destacou. “Por mais que exista o poder econômico e político na sociedade que, às vezes, nós sentimos o peso sobre nós, mas eles não são poderosos, a nossa é mais forte do que isso, não morre, nós precisamos resistir. Resistir no sentido de preservar tudo aquilo que nós recebemos de Deus”.

Possivelmente, outra posição teológica com desdobramentos diversos encontra-se na notícia das reflexões e palavras do membro da Comissão Episcopal Especial para a Mineração da CNBB na referida missa. O Bispo retoma a fala de uma moradora de Brumadinho, na qual se indaga: “*Por que eu não gritei por Mariana?*”, para afirmar:

“Eu me lembrava sempre disso: aquela indignação que me deu, aquela revolta ao ver o que aconteceu em Mariana, ali eu não tive dúvidas: que eu precisava em minha vida pessoal, mas também como bispo, de não deixar esse grito preso na garganta” (Jornal Pastoral Ano XXII, número 321, p. 8).

Dento da celebração em memória aos seis anos do maior crime socioambiental do país, percebemos o posicionamento de duas lideranças da Igreja do Brasil, uma na fala do arcebispo metropolitano da arquidiocese de Mariana, que se solidariza com os atingidos, tenta confortá-los, denuncia, porém acaba sobressaindo uma fala voltada para o transcendente, trazendo assim um tom conciliador. Já na fala trazida por Dom Vicente, percebemos a presença de um grito de apelo dos atingidos e um posicionamento humano e pastoral mais aguerrido, frente aos crimes cometidos pela Vale, tanto em Mariana quanto em Brumadinho.



Foto reproduzida do Jornal Pastoral Ano XXXII, número 321, p. 8. (Arquivo pessoal de Mariana Ferreira cartaz de agitação e propagando de protesto e denúncia dos atingidos).

Ao final da celebração os atingidos entregaram aos clérigos presentes uma cópia da carta que a Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) escreveu e encaminhou ao Papa Francisco. Percebemos aqui que os atingidos têm consciência do peso simbólico, institucional e político do papel da Igreja frente às ofensivas da Mineração.

Por fim, considerando o ano atual, 2022, registramos a presença da temática investigada no presente estudo em apenas uma matéria, na edição do mês de janeiro.

Quadro 10 - Frequência e enunciados de abordagem da temática da mineração nas edições do Jornal Pastoral – 2022

DATA	ANO/NÚMERO	TEMÁTICA PRINCIPAL	ABORDA MINERAÇÃO?	ENUNCIADO DA NOTÍCIA/ tipo da Notícia
Janeiro de 2022	Ano XXXII • Nº 322 •	28ª Assembleia Arquidiocesana de Pastoral	sim	-Amor à Folia: uma história de fé e resistência
Fevereiro/Março de 2022	Ano XXXII • Nº 323 •	POR UMA POR UMA IGREJA SINODAL	Não	
Abril/Maio de 2022	Ano XXXII • Nº 324 •	Vida e Ministério	Não	
Setembro/Outubro/Novembro de 2022	Ano XXXII • Nº 325 •	Os Frutos da Arquidiocese	Não	
Dezembro de 2022/Janeiro de 2023	Ano XXXII • Nº 326 •	Vocação: Graça e Missão	Não	

Elaboração Própria. Fonte: Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana

Destacamos no presente quadro um silenciamento de posição da Igreja Particular de Mariana em um ano tão emblemático, onde o país passa por eleições em esferas Estaduais e Nacional, e após 07 anos do rompimento da Barragem de fundão. Nota-se um grande silencio que se revela pela ausência de publicações periódicas regulares do jornal, como vinham acontecendo nos anos anteriores.

Nas poucas edições publicadas no ano de 2022 encontramos somente uma matéria abordando a temática da mineração e seus impactos na vida das comunidades atingidas. Essa matéria intitula-se “Amor a Folia: Uma história de fé e resistência”, na qual se lê:

Segundo dona Maria, não se sabe com precisão quando a Folia de Reis de Paracatu de Baixo foi fundada. Por esse motivo, é considerada pelo grupo a data de 1961, ano em que seu pai, José do Patrocínio, se tornou capitão da Folia. Mais do que a representação de um grupo religioso em Paracatu de Baixo, conforme dona Maria, a Folia se tornou tradição na comunidade e depois do rompimento da barragem de Fundão, que atingiu o subdistrito em 05 de novembro de 2015, se tornou também um grupo de resistência que é movido pela fé e pelo amor ao Menino Jesus. “E nós, integrantes, movemos a Folia”, destaca. (Jornal Pastoral Ano XXXII, número 322, p. 8).



Fotos reproduzidas do Jornal Pastoral Ano XXXII, número 322, p. 8. (Moradores de Paracatu de Baixo no próprio distrito na celebrando a folia de reis).

Ao fazermos a leitura desta edição só encontramos na ultima pagina na parte dedicada a Arte, Cultura e Fé, uma única mateia dentro de todo um ano onde se abordou a resistência cultural que se por meio das celebrações religiosas que ainda são um dos poucos momentos que os atingidos conseguem se reunir enquanto comunidade.

A comunidade de Paracatu de Tradição passada de pai para filhos, dona Maria orgulha-se em dizer que nasceu dentro da Folia, revelando o amor que vem do berço e aprendido com os seus antepassados, a exemplo do seu pai, mais conhecido como “seu Zezinho”, que dedicou mais de 50 anos de sua vida à Folia de Reis de Paracatu. “Mesmo com suas forças fracassadas, [ele] ainda se preocupava com a Folia, sempre pedindo [para] não deixar a Folia acabar”, pontua. Por essa razão, para ela, a Folia de Reis significa tudo. “Além de ter sido uma paixão do meu pai, eu nasci e cresci dentro dela; e me tornei Folia”, enfatiza, não escondendo a paixão que sente. Após o falecimento do seu Zezinho, em 30 de outubro de 2021, dona Maria e seus irmãos firmaram juntos a responsabilidade de darem continuidades com os trabalhos feitos pela Folia. “Essa tradição não vai parar; como neste ano a gente já fez toda a rota completa. Até então, depois da lama, do rompimento [da barragem], a gente andou com o meu pai em alguns lugares só”, comenta ao destacar o desejo que era do seu e que agora, juntamente com os seus familiares e amigos, assumiu como missão: não deixar a Folia de Reis acabar. (Jornal Pastoral Ano XXXII, número 322, p. 8).

De geração a geração esta comunidade vinha se organizando nas celebrações que davam sentido a suas vidas, e com o crime do rompimento da barragem, até as relações das comunidades com o seu sagrado foi atingida. Então, aqui podemos dizer que o crime não foi somente sócio ambiental, mas também espiritual, pois alterou e dificultou a dinâmica celebrativa de povos e sua relação com o sagrado em toda bacia do rio Doce, por onde a Lama passou. E aqui fica-nos uma indagação: se o campo religioso é uma forma dessas comunidades manterem aceso o espírito comunitário, e se isso se dá por intermédio de uma instituição como a Igreja católica, que exerce no mundo um poder simbólico e um poder político institucional, porque nos últimos anos veio aumentando o silêncio frente à injustiça que estas comunidades enfrentam até hoje com o rompimento da Barragem de Fundão?

2. HEGEMONIA, GUERRA DE POSIÇÃO E IDEOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA POLÍTICA GRAMSCIANA PARA O DEBATE DA REALIDADE CONTEMPORÂNEA

2.1 Breves considerações sobre a vida e a obra de Gramsci

O autor que utilizaremos para nos ajudar a avançar na análise teórica crítica e na compreensão do material obtido na pesquisa é o italiano marxista Antônio Gramsci, que nasceu na Sardenha, no sul da Itália, em 1891, e que morreu precocemente em 1937, aos 46 anos de idade, nas duras circunstâncias do cárcere político fascista de Mussolini⁸.

Sobre a vida de Gramsci, podemos destacar que ele viveu em um período histórico muito difícil, nas tensões do capitalismo monopolista, imperialista, que vão culminar na Primeira Guerra Mundial, na qual a Itália se envolve. Ao mesmo tempo, é importante considerar outro acontecimento histórico importante na trajetória do século XX e marcante na trajetória de Gramsci, a Revolução Russa de 1917, e o socialismo que ganha campo desde então (Coutinho, 1981).

É interessante ressaltar que a Primeira Guerra Mundial constitui um marco expressivo de limites não apenas relativos, mas também de limites absolutos de possibilidades de avanços da sociedade burguesa na realização de patamares superiores de civilidade e de humanidade, conforme havia sido prometido do seu alvorecer, nos processos revolucionários do período heroico das revoluções burguesas clássicas, como, por exemplo, nos ideais propagados na bandeira da revolução francesa, que traziam os valores da igualdade, da liberdade, da fraternidade.

A Primeira Guerra Mundial dizima uma parte expressiva da população masculina e europeia, são milhões e milhões de seres humanos mortos, o que é um dos indicadores desse certo ponto de chegada bárbaro e traumático das promessas civilizatórias que não se realizam. É interessante ter em vista então que Gramsci está vivendo esses anos de 1910, ele vai se politizando cada vez mais nesses anos, vai entrando, por exemplo, em contato com a literatura socialista, acessada por intermédio de um irmão mais velho que havia se mudado para o norte da Itália, que diferentemente do sul predominantemente camponês, era já fortemente industrializado nesses anos (Coutinho, 1981).

Assim, Gramsci, vindo da classe trabalhadora e desde muito cedo mostrando uma personalidade crítica da sociedade burguesa, vai ter nesses anos de juventude contato com a cultura socialista e comunista. Ao mesmo tempo em que o processo da Revolução Russa vai impactar bastante o jovem Gramsci, a Primeira Guerra Mundial, explicitando os limites acima indicados, vai colocar na

⁸ Coutinho, 1981; 2011; Simionatto, 1995.

ordem do dia da história a questão da necessidade e das condições de possibilidade superação da sociedade burguesa, do capitalismo monopolista e do imperialismo. Essa é uma questão principal que Gramsci começa a formular nesses inícios de século XX, que ele avança na segunda metade dos anos 1920 e leva consigo como uma indagação principal quando é preso pelo fascismo (Coutinho, 1981).

Essa situação pode ser considerada tendo em vista que, assim como a Alemanha, a Itália também é um país em que o capitalismo se constituiu pela chamada via prussiana, que tem entre suas características um processo de industrialização tardia, extemporânea, e de certa forma subordinada aos processos de constituição do capitalismo na Inglaterra e na França. O capitalismo italiano, assim como o capitalismo alemão, é um capitalismo “difícil”, no qual a unificação nacional é muito tardia e feita “pelo alto”, num pacto entre velhas oligarquias e uma burguesia emergente. Tudo isso tem repercussão nas disputas imperialistas dos primeiros anos de 1900. Essas duas primeiras décadas colocarão esses países numa posição muito difícil nas relações internacionais, imperialistas. A derrota da Alemanha e da Itália na Primeira Guerra Mundial vai colocar a emergência de formas ideológicas políticas necessárias e servis a esse capital monopolista alemão e italiano, quando se tem o surgimento e a hegemonia do nazismo e do fascismo nesses países.

Nessa conjuntura, Gramsci sofrerá uma crescente perseguição política, culminado na condenação e na prisão no cárcere político. É nessas circunstâncias e condições extremamente adversas que ele vai produzir os seus chamados “Cadernos do Cárcere”, sua obra mais madura, que será a referência de primeira leitura e aproximação das elaborações do autor neste Trabalho de Conclusão de Curso. Tendo em vista que é nesses escritos que se encontram importantes categorias elaboradas por Gramsci, ou seja, um preciso e difícil material, que traz aquele que pode ser considerado o máximo desenvolvimento a que ele chegou.

Sobre esses Cadernos, como se sabe e pelo que estamos aqui indicando, trata-se de uma obra inacabada, de certa forma ensaística, na qual se encontram três tipos de “Cadernos”, os chamados (i) “Cadernos de tradução”, nos quais se encontram a tradução de textos clássicos, (ii) “Cadernos miscelâneos”, nos quais são desenvolvidas importantes reflexões a partir de estudos e notas de importantes autores e textos, e, por fim, os chamados “Cadernos temáticos”, nos quais se registram um desenvolvimento mais próprio.

Assim, falar dessa vida e dessa obra é falar do tempo histórico, é falar do chão falar do monopolismo e do imperialismo, é falar dos desafios do projeto e da realização do socialismo, do indivíduo pensando, vivendo, sentindo, atuando, tendo em vista todo esse caldo de barbárie e de cultura, de contradições.

2.2 Aproximações à categoria da hegemonia

Ivete Simionatto, num livro bastante conhecido e influente no Serviço Social brasileiro, intitulado: “Gramsci, sua teoria e incidência no Brasil e influência no Serviço Social”, trata no seu Capítulo 1 da teoria de Gramsci, principalmente, das categorias e conceitos dos Cadernos do Cárcere. Esta será a principal referência de aproximação e entrada na obra de Gramsci, no presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Para uma primeira aproximação à categoria da hegemonia, é interessante chamar a atenção para a afirmação de Coutinho (1981) de que no centro dos interesses e da teoria de Gramsci está a categoria da política. Enquanto a política diz respeito, antes de tudo, a relações e disputas de poder e dominação entre grupos e classes sociais, nas relações da estrutura econômica e da superestrutura de uma sociedade, a categoria da hegemonia diz respeito à correlação de forças nessas disputas, mais precisamente, às de maior peso, ou seja, aquelas que preponderam. Para ajudar a dimensionar o tipo de abordagem que o autor faz da categoria da hegemonia, vale citar:

Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens. Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Momentos ou graus da consciência política coletiva: a) econômico-corporativo; b) solidariedade entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico (luta por espaços no campo jurídico-político, no âmbito do Estado); c) Consciência de que os interesses corporativos podem e devem se tornar os interesses de outros grupos subordinados (fase mais estritamente política, passagem da estrutura para a superestrutura; quando: as ideologias se transformam em partido, lutam por hegemonia num plano universal). O terceiro momento é o da relação das forças militares. O desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo (Simionatto, 2004, p. 45).

Em termos provocativos, pode-se sugerir que as formas mais fundamentais da hegemonia, da correlação de forças entre classes antagônicas, são as formas de propriedade do capital. Ou seja, as formas mais fundamentais da hegemonia estão ligadas às relações e disputas sócio-materiais. Falar de hegemonia é falar de correlação de forças entre classes antagônicas, de forma de conflito, enfim, de lutas. Nessas lutas, as formas matriciais da hegemonia remetem à propriedade privada dos meios de produção, do capital.

É importante considerar que Gramsci pensa a realidade e seus movimentos de complexificação, ou seja, o capitalismo monopolista, no qual surgem novas dinâmicas categoriais, onde o papel do capital financeiro vai ser um dos traços distintivos, o novo papel dos bancos. Além disso, surgem outros

elementos novos, como o avanço da exportação de capitais, quer dizer, não mais o prevailecimento das exportações de mercadorias, e ganha força também a disputa do mundo pelas grandes corporações e nações imperialistas.

Tudo isso traz um novo perfil ao capitalismo e à sociedade burguesa no chamado “Ocidente”. Enquanto no chamado “Oriente”, leia-se aqui, na Rússia ou no processo soviético foi possível a tomada do poder pelas vias revolucionárias, violentas, pelas vias bélicas e da guerra civil, no “Ocidente”, nessas primeiras décadas do século XX ocorre uma complexificação da sociedade e das possibilidades de avançar e realizar processos revolucionários.

No Oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção varia de Estado para Estado, como é evidente, mas precisamente isso requer um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional (Simionatto, 2004, p. 40).

Na Europa Central e Ocidental, o desenvolvimento do capitalismo não apenas determinou a formação de amplos estratos proletários, mas também e em consequência criou o estrato superior, a aristocracia operária, com seus anexos de burocracia sindical e de grupos socialdemocratas. A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa Central e Ocidental por causa de todas essas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; elas fazem com que a ação das massas seja lenta e mais prudente, e exigem, por conseguinte, que o partido revolucionário desenvolva toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que as que foram necessárias aos bolcheviques no período compreendido entre março e novembro de 1917 (Simionatto, 2004, p. 39).

É a partir dessas referências que podem ser consideradas algumas categorias que são muito importantes na obra de Gramsci, e que podem ajudar a pensar essas questões sobre as condições de possibilidade de transformação social e de superação do capitalismo no século XX e também no século XXI.

O autor relaciona os processos revolucionários de tomada do poder político realizados no século XIX e, no “Oriente”, no século XX, com o que ele vai chamar de “guerra de movimento”, que correspondem ao “assalto ao poder”, enquanto no “Ocidente” começaria a prevalecer nas contradições e lutas de classe, na correlação e disputas entre forças sociais antagônicas, aquilo que ele chama de “guerra de posição”.

2.3 Guerras de movimento, guerra de posição e ideologia

Para avançar na compreensão das chamadas “guerra de movimento” e “guerra de posição”, é importante compreender as análises e teses em que Gramsci defende que ocorrem nesse capitalismo certos deslocamentos e mudanças qualitativas, onde, por exemplo, é central a ideia de que a sociedade civil seria no século XX “primitiva e gelatinosa”, enquanto que no século XX a sociedade civil ganharia um estatuto diferente, se deslocando da estrutura econômica para a superestrutura ou para o plano do Estado ampliado.

[Um novo conceito de Estado] [...] Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais [...]. [Carta a Tania, 7-9-1931; Cartas, vol. 2, p. 84] (Gramsci, 2011, p. 267).

É nesse âmbito que ganham campo formas organizativas diversas, aparelhos privados de hegemonia, disputas ideológicas, com o Estado ampliando seu âmbito. Para Gramsci, o Estado ampliado = sociedade civil + sociedade política, onde a primeira diz respeito à hegemonia, e segunda diz respeito à coerção, violência etc.

É no ombro a ombro nas trincheiras diversas da sociedade civil que os grupos e classes antagônicos vão buscar acumular forças para que a correlação seja favorável a si. Os aparelhos privados de ideologia, os aparelhos de ideologia de um modo geral, se desdobram desde a escola, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, Igrejas, mídia, etc.

Nessas lutas e guerras de posição, as ideologias desempenham um importante papel. De acordo com Simionatto, as ideologias não se reduzem nem para Marx nem para Gramsci a falsa consciência. Elas ligam-se a determinadas estruturas econômicas, e quando permeiam as massas, elas se tornam força material.

Gramsci distingue ideologias orgânicas, que se tornam muito importantes com a complexificação da sociedade civil, de ideologias de pequenos grupos. Enquanto as primeiras ligam-se às questões estruturantes da economia e das sociedades, da formação e da superação das formas de sociedade, as segundas formam-se e movimentam-se sempre no interior de um ordenamento social estabelecido, sem questioná-lo em seus fundamentos.

O autor também distingue “grande política” de “pequena política”, onde a primeira “compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”, enquanto a segunda compreende a “política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas”, ou seja, “as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política”. Assim, para o autor,

é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política. Ao contrário, é coisa de diletantes pôr as questões de modo tal que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado. Os mesmos termos se apresentam na política internacional: 1) a grande política nas questões relacionadas com a estrutura relativa de cada Estado nos confrontos recíprocos; 2) a pequena política nas questões diplomáticas que surgem no interior de um equilíbrio já constituído e que não tentam superar aquele equilíbrio para criar novas relações (Gramsci, 2011, p. 243-244).

Outra diferenciação que o autor faz e que é importante para o presente estudo é entre intelectual orgânico e intelectual tradicional. Esses dois tipos de intelectuais estão ligados a certas instituições e a certos papéis que exercem perante a estrutura econômica. Enquanto os intelectuais tradicionais correspondem a “categorias pré-existentes de intelectuais, representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (Gramsci, 2011, p. 204), os intelectuais orgânicos são entendidos a partir do fato de que “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (Gramsci, 2011, p. 204).

Exemplos de instituições tradicionais são a Igreja e a Universidade, que precedem o capitalismo, mas se rearranjam nas novas estruturas econômicas. Seus intelectuais podem ser tradicionais ou orgânicos, e nesse caso a referência é o tipo de ligação que eles têm com as estruturas econômicas e de classe. Exemplos de instituições orgânicas são todas aquelas geradas no capitalismo, e intelectuais orgânicos são aqueles que pensam e atuam nas diversas instâncias da sociedade burguesa, da produção (Taylor e Ford etc.) à sociedade civil e à sociedade política.

Interessa, a partir dessas referências muito iniciais, analisar o material obtido pela pesquisa realizada no capítulo 1. É o que faremos nas nossas considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho traz entre os seus propósitos ser um instrumento para se pensar criticamente a realidade eclesial e social no território de atuação da Arquidiocese de Mariana, território este que, reafirmamos com essa pesquisa, vem sendo atravessado pelo extrativismo mineral desde o período colonial. Durante o desenvolvimento desta pesquisa constatamos diversos impactos que a mineração vem causando na vida das pessoas que aqui viveram, que vivem e que viverão neste território.

Quando falamos das pessoas que aqui viveram, queremos fazer memória aos seres humanos negros e negras que aqui foram escravizadas e desumanizados na exploração que se deu no grande ciclo do ouro, e que foram a principal mão de obra que ergueram os templos religiosos que hoje atraem turistas do mundo todo que circulam por aqui. Quando falamos das que vivem queremos pensar em nós, que no tempo presente, habitamos este território e padecemos com as consequências da mineração. E quando falamos dos que ainda viverão, queremos pensar nas gerações futuras, que ocuparão este território.

Caminhando nessa conclusão é importante ressaltar que quando eu chego nesse território para cursar Serviço Social aqui em Mariana por meio do PDG no primeiro semestre de 2015 ainda não havia ocorrido o rompimento da barragem de Fundão. No entanto, a comunidade já sofria os impactos da mineração. Ao me matricular na UFOP, dando sequência aos meus estudos, aqui encontrei um curso comprometido e preocupado com a questão da mineração. Ao fazer uma disciplina eletiva oferecida pelo Professor André Mayer. Ele divulgou um edital para bolsistas em um projeto de extensão que ele iria iniciar, que tinha como objetivo estudar a “questão social” ligada à mineração na região da UFOP. Participei deste edital e fui aprovado, e me tornei bolsista voluntário. Ali tive a oportunidade de participar de cursos de formação sobre a temática, com o Sindicato Metabase Inconfidentes, e de fazer estágio de vivência na comunidade do distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto. Este foi o meu primeiro contato com o território, onde pude perceber o que de fato a mineração causava na vidas das pessoas aqui.

Minha formação agora tinha inquietações além das que eu já trazia comigo. Em novembro ocorre o rompimento da Barragem de Fundão, e o mundo todo passa a olhar para Mariana. Agora a mineração predatória aqui desenvolvida ganha visibilidade mundial, pessoas morreram. Eram moradores e trabalhadores, animais e biomas, morreram córregos e rios, a lama chagando ao mar, o Rio Doce se transformando em rio de rejeito.

Minha formação volta a se preocupar com esta questão. Ora, se lá no início do ano tínhamos apenas um grupo de estudo se debruçando sobre esta temática, agora o mundo fervilhava, vários

grupos, movimentos, ongs, universidades, canais de televisão, artistas, todos só falavam de Mariana e do crime causado pela mineração.

Entres estes muitos aliviavam na narrativa chamando de acidente, desastre, e neste bojo, aonde estava a Igreja Católica, qual a sua posição e o seu papel?

A análise do Jornal Pastoral mostra que ela aparece acolhedora e protagonistana edição de dezembro de 2015 do periódico, um mês após o rompimento da barragem de Fundão. Podemos, assim, dizer, trazendo uma palavra profética, denunciando o crime e tentando confortar os que perderam seus entes queridos e o seu modo de vida.

Aqui percebemos uma guerra de posição que a Arquidiocese trava então, a Igreja que vinha há séculos convivendo com o extrativismo minerario e também se beneficiando dele, agora é provocada a se posicionar frente a ele.

O tempo vai passando, instituições para mediação de conflito agora gerados pelo rompimento da barragem vão se formando, porém, os atingidos vão se organizando e conquistando por meio de suas lutas em várias frentes, judicial, política, etc.

Os atingidos conseguem, por exemplo, uma assessoria independente para lhes auxiliar nas lutas por reparação de danos, e nas linguagens técnicas, no diálogo com a fundação Renova, criada pelas empresas Vale e BHP, em reunião com o Governo Federal e os governos estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Nessas relações e lutas, podemos citar também a Cáritas Minas, que é um organismo da CNBB, entidade que acompanha a situação dos atingidos de Mariana até os dias atuais, onde tive a oportunidade de estagiar, na parte final da minha formação profissional. Tendo como primeira atividade no campo de estágio uma reunião no Município de Congonhas, onde estavam presentes a dimensão Sócio-Política da Arquidiocese de Mariana, o Sindicato metabase Inconfidentes, o MAB, a Cáritas Minas, e outros movimentos sociais, para discutir a programação da Romaria dos Trabalhadores, que naquele ano iria denunciar a proposta da CSN de Alçamento da barragem em Congonhas.

Ainda neste momento, as análises do Jornal Pastoral mostram uma postura combativa do periódico, o que, contudo, veio diminuindo ao longo dos anos, como pode ser verificado na evolução dos quadros e análises do nosso Capítulo 1.

Antes de algumas conclusões sobre as posições do Jornal Pastoral, faremos algumas breves articulações dos resultados dos Capítulos 1 e 2.

Se a gente for pensar os atingidos por barragem, a população impactada pela mineração, a classe trabalhadora, é possível considerar que existe uma dura luta de classes na região, e nesta luta de classes, existe uma correlação de forças entre as classes, e nessa correlação de forças, a hegemonia

pode ser considerada a partir de referências como lugar que esses homens e mulheres ocupam na produção, na estrutura econômica, e também a partir de referências como “guerra de posição” na sociedade civil, burguesa.

Queremos dizer que as formas mais fundamentais da hegemonia são sócio-materiais. Ou seja, no quadrilátero ferrífero, o poder do capital, de uma Vale, de uma Samarco/PHP Billington.

Mas pensar também dá para pensar como essa relação de forças, conflitos, antagonismos das classes, atravessam também todas as relações sociais, as relações travadas na sociedade civil, no campo da política, da ideologia e da cultura.

Quando consideramos eventos como rompimentos de barragem, como no caso dos rompimento da barragem de Fundão e da barragem de Córrego do feijão, podemos considerar que há uma sociedade civil organizada, que vai se colocar diante desses fenômenos brutais da mineração nas estruturas do capitalismo dependente. Visando conservar ou transformar essas estruturas.

Nos termos de categorias de Gramsci, existem aparelhos privados disputando hegemonia, aparelhos privados de hegemonia. Nesse campo, se dá o que autor chama de “guerra de posição”, onde o acúmulo de forças, a direção, torna-se uma exigência cada vez maior para garantir dominação política e atender aos interesses econômicos dominantes.

Como situamos acima, a Igreja está aí, presente e atuante nessa sociedade civil. Atuando, por exemplo, diante de uma demanda, uma situação de vida, uma pauta, uma audiência, um termo judicial de ajuste de conduta, da população atingida pela mineração, tendo em vista, por exemplo, reparação de danos, reassentamento etc. E há, como já dissemos, movimentos sociais atuando aí: MAM, MAB, Cáritas, AEDAS, FLAMA, Metabase Mariana, Metabase Inconfidentes, Fundação Renova, UFOP etc. Organizações que estão coagulando interesses particulares, de grupos, classes.

Nessas “guerras de posição”, podemos situar o Jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana como um veículo de comunicação que busca divulgar posições da Igreja e influenciar a sociedade, as contradições.

Voltando aos resultados da análise do Jornal Pastoral, podemos destacar nessas considerações finais:

- i) Existe um número expressivo e importante de matérias e abordagens críticas sobre a mineração no território, seus efeitos destruidores sobre a natureza e a população da região.
- ii) A Laudato Si“, encíclica de Francisco que exorta ao cuidado com a casa comum, a Terra, os bens naturais comuns, influencia claramente na linha teológica, ideológica e política das edições do Jornal Pastoral; com certeza essa encíclica e suas orientações não agrada as mineradoras.

iii) Existe um conjunto de movimentos e ações da Arquidiocese (Romaria das águas, grito dos excluídos, romaria dos trabalhadores, Forum social pela vida etc.) que são importantes na defesa e organização da população atingida pela mineração;

iv) Existe uma diminuição da frequência e uma mudança no tom teológico e político nas edições mais recentes do Jornal Pastoral, que passa a um tom menos crítico e mais conciliatório, no tratamento da temática da mineração.

Sabemos que este trabalho não se esgota aqui. Ao contrário, ele nos provoca mais inquietações, nos colocando a pensar: como após 7 anos do rompimento da Barragem de Fundão, o Jornal não aborda a questão da mineração? A troca no episcopado da arquidiocese tem influência nesse silenciamento? O Atual Bispo se posiciona frente à mineração utilizando da Laudato si como um escudo para não dar o seu tom pastoral, ou como uma ferramenta de luta com orientações do próprio Papa? As matérias diminuíram porque já estão todos os atingidos assentados? E a mineração extrativista, violenta, predatória, assassina, já acabou?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLLO, Kathiuça. *Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro SócioEconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, 1981.

_____. *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DOSSIÊ: A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO GRAMSCIANO NO SERVIÇO SOCIAL. v. 21 n. 1 (2021): *Revista Libertas* - ISSN: 1980-8518 (jan / jun 2021).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999 (6 Vol.).

JORNAL PASTORAL. Edições de dezembro de 2015 a junho de 2018. Disponível em: https://arqmariana.com.br/site_2019/

JORNAL PASTORAL. Edições de agosto de 2018 a dezembro de 2022. Disponível em: <https://arqmariana.com.br/>

LAUDATO SI". *Carta Encíclica*. Sobre o Cuidado da Casa Comum. 6ª Reimpressão. Paulinas, 2022.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CEAD; ABEPSS; CFESS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

RODRIGUES, Wesley Wallace. O que é cristianismo da libertação? Religião e política na América Latina. In: HORÁCIO, Heiberle Hirsberg (org.). *Educação, interfaces, saberes tradicionais e populares: reflexões a partir do norte de Minas Gerais e contribuições concorrentes*. Campinas: Editora Canastra, 2022.

SEOANI, José. Neoliberalismo y ofensiva extractivista. Actualidad de la acumulación por despojo, desafíos de Nuestra América. *Revista Theomai*, n. 26, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. Florianópolis-São Paulo: Editora da UFSC-Cortez, 2004. 281p.

SUESS, Paulo. *Dicionário da Laudato Si'*: sobriedade feliz: 50 palavras-chave para uma leitura patoral “sobre o cuidado da casa comum” do Papa Francisco. São Paulo: Paulus, 2017.